

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO

**LIBERALISMO E REPUBLICANISMO**

Rawls, Pettit e as aplicações práticas de suas teorias.

CAYO NAMETALA DE SOUZA

Rio de Janeiro

2017/2

CAYO NAMETALA DE SOUZA

**LIBERALISMO E REPUBLICANISMO** – Rawls, Pettit e as aplicações práticas de suas teorias.

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Fábio Perin Shecaira**.

Rio de Janeiro

2017/2

CAYO NAMETALA DE SOUZA

**LIBERALISMO E REPUBLICANISMO** – Rawls, Pettit e as aplicações práticas de suas teorias.

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Fábio Perin Shecaira**.

Data da Aprovação:     /     / 2017.

---

Orientador

---

Membro da banca

Rio de Janeiro  
2017/2

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIÇA E LIBERDADE NO LIBERALISMO DE JOHN RAWLS .....</b>	<b>13</b>
2.1	IDEIAS FUNDAMENTAIS DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE .....	13
2.2	O CONTRATUALISMO RAWLSIANO E A POSIÇÃO ORIGINAL .....	17
2.3	DOIS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA.....	19
2.4	LIBERALISMO POLÍTICO: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA DE JUSTIÇA .....	26
2.5	CONCEPÇÃO DE LIBERDADE A PARTIR DO LIBERALISMO POLÍTICO.....	31
2.6	CRÍTICAS AO IDEALISMO DA TEORIA DE RAWLS .....	33
<b>3</b>	<b>JUSTIÇA E LIBERDADE NO REPUBLICANISMO DE PHILLIP PETTIT .....</b>	<b>36</b>
3.1	REPUBLICANISMO: COMO DEFINI-LO .....	36
3.2	A LIBERDADE COMO AUSÊNCIA DE DOMINAÇÃO.....	38
3.3	COMO ALCANÇAR O ESTADO DE NÃO-DOMINAÇÃO?.....	41
3.4	O ESTADO ATUAL E AS DIFICULDADES EM ATINGIR O IDEAL REPUBLICANO .....	44
3.5	CRÍTICAS À OPOSIÇÃO DE PETTIT AO LIBERALISMO .....	47
<b>4</b>	<b>A TEORIA NA PRÁTICA: O GOVERNO REPUBLICANO DE ZAPATERO.....</b>	<b>51</b>
4.1	CONTEXTO POLÍTICO DA ASCENÇÃO DE ZAPATERO .....	51
4.2	COMO SERIA UM GOVERNO REAL SOB A ÉGIDE DOS PRINCÍPIOS REPUBLICANOS? .....	52
4.3	ANÁLISE DE PETTIT EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE ZAPATERO E O REPUBLICANISMO CÍVICO .....	54
4.4	PROTEGENDO OS CIDADÃOS CONTRA O PODER PÚBLICO.....	61
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

## RESUMO

Neste trabalho, procuramos explorar mais profundamente um subconceito frequentemente associado à noção de justiça: a *liberdade*. Montamos um comparativo importante entre a teoria de Rawls, por se tratar da teoria tradicional mais debatida acerca do tema justiça, e a tese do republicanismo cívico de Pettit, que se propõe uma oposição à teoria tradicional. Ao analisar os fundamentos básicos das duas teses com foco no tema da liberdade, observamos em quais aspectos se diferem e no que se assemelhamem em torno deste tema. Em específico, notamos que o conceito de liberdade carrega uma fundamentação epistemologicamente distinta, diferenciando a liberdade como não-interferência da liberdade como não-dominação. Aprofundamos o estudo com a análise da possibilidade de aplicação prática das filosofias ideais, estudando inclusive uma situação real de aplicação do republicanismo cívico no governo de Zapatero na Espanha, que baseou seu plano de governo na teoria idealizada por Pettit, avaliando o quanto esta iniciativa colaborou para a democratização do país.

Palavras-chave: filosofia política; liberalismo; republicanismo cívico; liberdade como não-interferência; liberdade como não-dominação; aplicação prática; John Rawls; Phillip Pettit; José Luís Rodríguez Zapatero.

## ABSTRACT

In this work, we seek to explore more deeply a sub-concept often associated with the notion of justice: *freedom*. We make an important comparison between Rawls's theory, since it is the most debated traditional theory on the subject of justice, and the thesis of Pettit's civic republicanism, which proposes an opposition to the traditional theory. In analyzing the basic foundations of the two theses, focusing on the subject of freedom, we observe in which aspects they differ and what they resemble around this theme. Specifically, we note that the concept of freedom carries an epistemologically distinct foundation, differing freedom as non-interference from freedom as non-domination. We further study the possibility of practical application of the ideal philosophies, observing a real-life application of civic republicanism in the government of Zapatero - Spain, which based its plan of government on the theory devised by Pettit. We evaluate how this initiative collaborated for the democratization of the country.

Keywords: political philosophy; liberalism; civic republicanism; freedom as non-interference; freedom as non-domination; case-study; John Rawls; Phillip Pettit; José Luís Rodríguez Zapatero.

## 1 INTRODUÇÃO

Não é necessário se remeter a uma fonte confiável da literatura acadêmica para poder dizer, sem medo de errar, que a palavra *justiça* é amplamente citada em escritos jurídicos de todos os gêneros e em qualquer região do mundo (seja qual for o termo equivalente em outras línguas). Tampouco é incomum vê-la sendo remetida como objetivo primo do direito tanto como ciência teórica quanto na prática jurídica dos tribunais.

Mas o que é justiça? Sendo uma palavra de tamanha relevância para o estudo e a prática de nossa área de conhecimento, é de se esperar logicamente uma larga amplitude de diferentes conceituações proclamadas ao longo da história da ciência jurídica. Por esse motivo, seria um erro tentar definir de forma única e simples o termo justiça sem contemplar a miríade de subconceitos que se derivam deste importante vocábulo.

Neste trabalho, procuramos explorar mais profundamente um subconceito frequentemente associado à noção de justiça: a *liberdade*. Também muito citada em escritas da ciência jurídica, esta palavra pode parecer intuitivamente menos vaga do que a anterior, por tratar de uma delimitação mais específica de ideias referentes à justiça. Não obstante, ainda é possível encontrar uma vasta gama de diferentes visões conceituais acerca deste termo.

Muitas teorias acerca do que é a justiça, ou o que é “ser justo” foram formuladas ao longo de nossa história, e é improvável encontrar um ponto de vista que não mencione a liberdade como um dos princípios de justiça. De fato, liberdade, igualdade, e democracia talvez sejam os aspectos mais abrangidos por qualquer teoria política que tenha a intenção de apresentar princípios que harmonizem a nossa vida em sociedade.

Um dos mais relevantes filósofos políticos do séc. XX é o norte-americano John Rawls, que em 1971 lançou o seu repercutido livro *Uma Teoria da Justiça*. Muito será debatido sobre a obra de Rawls neste trabalho, tendo em vista a relevância de seus ensinamentos para a teoria tradicional. Neste momento, é importante fazer um breve resumo da visão deste autor em relação à liberdade.

Rawls, concordando com seu antecessor em filosofia política John Stuart Mill, defendia que há tipos de interferências interpessoais que são inadmissíveis e devem ser excluídas das ações permitidas em uma sociedade livre.<sup>1</sup> Seguir este princípio resultaria no desenvolvimento progressivo dos seres humanos, e uma boa concepção público-política de sociedade democrática (governo) deve aderir incondicionalmente ao auto-policiamento restritivo de interferências arbitrárias.<sup>2</sup>

O “princípio da liberdade” aduzido por John Stuart Mill já traz uma ideia inicial da concepção de liberdade como não-interferência. É a ideia de que uma pessoa é livre se não sofre interferência arbitrária e compulsória do Estado ou de outros particulares. Essa concepção futuramente vem a compor uma das principais bases da teoria da justiça tradicional.

Rawls, em suas palestras, considera a sua teoria muito próxima aos ideais defendidos por Mill<sup>3</sup>. De fato, o Liberalismo Político defendido por Rawls sustenta que, devido ao “fato do pluralismo”, doutrinas morais abrangentes que possuem diferentes concepções de certo e errado devem ser respeitadas umas pelas outras, de tal forma que “as instituições básicas e políticas públicas devem ser justificáveis para todos os cidadãos”.<sup>4</sup>

Deste modo, as diretrizes públicas devem ser pautadas em justificativas que todos aceitem, independente da doutrina moral seguida por cada um. É esta a ideia de *razões públicas* defendida por Rawls, e que está intimamente interligada à ideia de liberdade como não-interferência, ou seja, as concepções defendidas por um grupo social que segue uma doutrina moral específica não pode interferir nas concepções de um outro grupo da mesma sociedade que siga doutrina distinta.

A liberdade em Rawls pode ser vista não somente neste aspecto de liberdade entre coletivos, como também, e talvez principalmente, como uma premissa individual fundamental. Não é a toa que em sua primeira formulação em *Uma Teoria da Justiça*, o

---

<sup>1</sup> RAWLS, John. *Lectures on the History of Political Philosophy*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007. p.291 (tradução livre)

<sup>2</sup> *ibid.* p.294

<sup>3</sup> *Ibid.* p.267

<sup>4</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.126



primeiro de seus (dois) princípios de justiça prevê justamente que: “cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos”.<sup>5</sup>

Portanto, o princípio da liberdade de Rawls, assim como o de Mill, tem em sua essência um teor de generalização, onde somente é possível um indivíduo praticar atos livremente se todos os demais indivíduos também puderem praticar estes mesmos atos. Ou seja, desde que a liberdade de um não interfira na liberdade do outro. Mais uma vez voltando à ideia de liberdade como não-interferência.

A teoria de Rawls ganhou tanta notoriedade entre a comunidade acadêmica que é difícil encontrar algum autor de filosofia política contemporânea que não se posicione quanto à sua doutrina. De fato, é possível considerar que Rawls se tornou um dos autores que servem de base da teoria tradicional sobre justiça, sendo, por conseguinte, também um dos principais alvos da teoria crítica acerca do mesmo tema.

No entanto, teorias com o viés idealizador muitas vezes são criticadas pelo seu ponto de vista utópico, pois não projetam uma saída real do mundo que vivemos, e apenas apresentam o objetivo final, muitas vezes irrealizável ou inalcançável. Não temos um ponto de vista capaz de apontar e analisar os obstáculos reais a serem superados para que as melhores potencialidades possíveis e plausíveis possam se realizar. Essa é uma das principais críticas à teoria de Rawls: por criar um cenário extremamente utópico para servir de base para suas propostas, tornou-se difícil vislumbrar como sua tese poderia ser posta em prática para de fato exercer a justiça no mundo real.

Mas será que esta crítica é devida unicamente à Rawls? Convenhamos que na literatura científica concernente à filosofia política contemporânea, muitas teses são criadas sobre o que é justo, mas pouco se produz sobre como aplicar a justiça na sociedade real. O mundo continua com sérios problemas de desigualdade, pobreza, injustiça, e apesar de muito se estudar sobre como o mundo deveria ser, não se faz um correto diagnóstico da situação, e nem se traça um plano concreto para efetivamente transformá-lo.

---

<sup>5</sup> Ibid. p.60

No entanto, há raros casos em que, mesmo não havendo uma adequada estruturação em um diagnóstico apropriado da realidade, assistimos ao fenômeno da aplicação prática de teses políticas ideais. É o caso da filosofia de Philip Pettit, teórico político irlandês que defende a tese do republicanismo cívico pautada no ideal de cooperação cívica e, principalmente, de liberdade política ou “liberdade como não-dominação”. O republicanismo de Pettit foi abertamente apoiado por José Luis Rodríguez Zapatero, líder Espanhol nos anos 2000, que endossou a teoria e a aplicou em suas políticas públicas.

Sobre o republicanismo, trata-se de uma corrente filosófica difusa, de diferentes subcorrentes com distintas abrangências, mas que em seus pontos comuns aparece muitas vezes como um dos principais contrapontos ao liberalismo político defendido por Rawls. O liberalismo, por um lado, prezaria pela liberdade individual acima de todos os demais valores, colocando o indivíduo como alvo central dos direitos. O republicanismo, por sua vez, enxergaria o indivíduo como detentor de deveres cívicos, cujos direitos individuais só fazem sentido ao ser membro de um coletivo.

O republicanismo defendido por Pettit, apesar de seguir o fundamento cívico, é baseado também no fundamento da liberdade. Pettit enfatiza, porém, que sua visão de liberdade possui uma diferença epistêmica básica em relação à liberdade como não-interferência defendida pelos liberais, como Mill e Rawls. Segundo Pettit, liberdade como não-interferência tem como princípio a minimização da interferência do Estado na esfera pessoal dos indivíduos, de tal forma que o Estado deverá majoritariamente se abster, e atuar somente no sentido de garantir as liberdades básicas dos cidadãos. Já pela liberdade como não-dominação, a liberdade só é plena se a atuação do Estado for sempre legitimada por uma escolha dos indivíduos que o compõe.<sup>6</sup>

Pettit ilustra esse contraste com a seguinte comparação. Primeiramente, é possível sofrer interferência, mas não necessariamente dominação, como por exemplo a interferência de lei coercitiva. Este tipo de interferência não reduz a liberdade dos cidadãos caso eles mesmos tenham sido os responsáveis pela criação da lei e sobre ela possuam controle, pois estariam ao fim sendo apenas submetidos às suas próprias vontades. Por outro lado, é possível ser

---

<sup>6</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 35 (tradução livre)

dominado – estar sujeito ao poder e vontade de outrem – mesmo sem sofrer qualquer interferência. Isto ocorre quando, por acaso, a vontade dos dominadores condiz com a vontade dos dominados.<sup>7</sup> Isto mostra que pode haver uma liberdade apenas aparente e não real, na ideia de liberdade como não-interferência.

O republicanismo cívico de Pettit foi publicamente endossado pelo político espanhol José Luis Rodríguez Zapatero, que exerceu a liderança da Espanha entre 2004 e 2011. Zapatero assume abertamente o seu apoio à filosofia política de Pettit, propondo que sua população internalizasse os ideais de cidadania, participação política e responsabilidade para que através de uma mudança lenta e temperada, baseada em democracia participativa e liberdade, pudesse renovar a democracia social de seu país.<sup>8</sup>

Neste diapasão, observamos um comportamento incomum da ciência política contemporânea sendo aplicada diretamente na realidade concreta, o que motiva a produção deste trabalho acadêmico. O objetivo aqui é analisar o principal debate acerca da liberdade como princípio fundamental de justiça, vista pelo Liberalismo de Rawls e pelo Republicanismo de Pettit, e avaliar o histórico concreto obtido na tentativa de aplicação do republicanismo cívico no governo de Zapatero na Espanha.

No primeiro capítulo, abordaremos a teoria de Rawls, por se tratar da teoria tradicional mais debatida acerca do tema *justiça*. Apresentaremos os fundamentos básicos de seu liberalismo com foco no aspecto da liberdade. Ostentaremos também como a sua tese carece de um diagnóstico prático de tal forma a permitir uma aplicação real de seus conceitos.

No segundo capítulo, exibiremos um contraponto ao liberalismo, que seria a tese do republicanismo cívico de Pettit. Novamente, apresentaremos os seus fundamentos básicos com foco no aspecto da liberdade, mostrando como as duas teorias se diferem em torno deste tema. Tentaremos também avaliar a aplicabilidade de sua tese em casos reais, e sua abrangência ao se tratar deste tipo de fenômeno.

---

<sup>7</sup> Ibid. p.2

<sup>8</sup> Ibid. p.7

No terceiro e último capítulo, faremos um breve diagnóstico do governo de Zapatero na Espanha, que se promoveu baseado na filosofia política de Pettit. Faremos uma análise de como a teoria política ideal foi aplicada no mundo real e quais os principais resultados obtidos, além das lições que poderíamos tirar desta experiência. Com isso, espera-se atingir o objetivo desta monografia.

## 2 JUSTIÇA E LIBERDADE NO LIBERALISMO DE JOHN RAWLS

John Rawls (1921-2002) foi um filósofo político norte-americano cuja obra se tornou altamente influente nos estudos contemporâneos sobre justiça, liberdade, democracia, e ciências políticas como um todo. Abordaremos aqui os conceitos fundamentais de sua teoria da justiça como equidade e como formou a tese do liberalismo político. Aproveitaremos também para avaliar como é vista a liberdade para Rawls e fazer uma análise crítica sobre o seu trabalho.

Em seus primeiros escritos, Rawls utiliza a ideia de posição original para criar as bases de sua teoria da justiça. Nesta ideia, membros de uma sociedade se colocam em uma situação idealizada por Rawls onde ninguém sabe das suas características na vida real, e a partir desta posição tomam as decisões sobre como deverá ser a vida em sociedade. Ou seja, ninguém sabe qual é a sua classe, etnia, sexo, e todas as demais características pessoais de cada um, mas mantém todos os conhecimentos básicos de ciências sociais e vida em sociedade.

A partir desta configuração, Rawls acredita que os membros imbuídos desta perspectiva chegariam às regras mais justas para a vida em cooperação coletiva. Rawls estabelece *a priori* duas regras, baseadas prioritariamente na liberdade e em segundo plano em uma igualdade de oportunidades e desigualdade de bens condicionada ao maior benefício dos menos favorecidos. Estes princípios, portanto, norteariam as instituições sociais básicas para promover justiça social.

Este modelo de contratualismo não seria uma doutrina filosófica abrangente, na qual seres humanos devam acreditar e seguir como parâmetro para suas próprias vidas, e sim uma forma de estruturar uma sociedade sujeita ao fato do pluralismo, onde as diversas doutrinas abrangentes devem encontrar uma forma de conviver de forma harmoniosa e justa para todos. Para a sua teoria, Rawls deu o nome de Justiça como Equidade (*Justice as Fairness*).

### 2.1 IDEIAS FUNDAMENTAIS DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE

Para organizar e dar estrutura ao conjunto da teoria da Justiça como Equidade, Rawls, traz algumas ideias básicas fundamentais. A ideia mais fundamental nesta concepção de

justiça, ao seu ver, é a ideia de *sociedade como um sistema equitativo de cooperação social* que se perpetua de uma geração para outra.<sup>9</sup> Para que isso ocorra, cidadãos livres e iguais devem cooperar para atingir uma sociedade bem ordenada, regulada por uma concepção pública de justiça.

A ideia organizadora central da cooperação social tem pelo menos três aspectos essenciais: 1) guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos, que aqueles que cooperam aceitam como apropriados para reger sua conduta (e não por ordens emanadas por uma autoridade central absoluta); 2) prolifera-se em termos equitativos de cooperação, ou seja, cada um aceita fazer a sua parte, acreditando que os demais também farão as deles, de tal forma a todos se beneficiarem da cooperação conforme um critério público e consensual especificado; 3) há um bem racional (vantagem própria) de cada participante, pois os que cooperam procuram promover o seu próprio bem, através da obtenção do bem comum.<sup>10</sup>

Assim, se atingiria uma *sociedade bem-ordenada*, que possui uma concepção pública de justiça a qual todos conhecem e internalizam. Ou seja, cada membro desta sociedade aceita, e sabe que todos os demais também aceitam, os mesmos princípios de justiça. As principais instituições políticas e sociais da sociedade também respeitam estes mesmos princípios. Com isso, os cidadãos teriam um senso de justiça enraizado, que lhes permitiriam entender e praticar a justiça em todos os momentos da vida em sociedade.

#### Segundo Rawls:

Numa sociedade bem-ordenada, portanto, a concepção pública de justiça fornece um ponto de vista aceito por todos, a partir do qual os cidadãos podem arbitrar suas exigências de justiça política, seja em relação às instituições políticas ou aos demais cidadãos.<sup>11</sup>

Outra ideia fundamental é a ideia de *estrutura básica* de uma sociedade (bem-ordenada):

A estrutura básica da sociedade é a maneira como as principais instituições políticas e sociais da sociedade interagem formando um sistema de cooperação social, e a

<sup>9</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.7

<sup>10</sup> Ibid. p.8-9.

<sup>11</sup> Ibid. p.12

maneira como distribuem direitos e deveres básicos e determinam a divisão das vantagens provenientes da cooperação social no transcurso do tempo. (...) A estrutura básica é o contexto social de fundo dentro do qual as atividades de associações e indivíduos ocorrem. Uma estrutura básica justa garante o que denominamos de justiça de fundo (*background justice*).<sup>12</sup>

Portanto, as leis, os poderes executivo, legislativo e judiciário, o modelo democrático, a família, a educação, a saúde pública, tudo isso faz parte da estrutura básica de uma sociedade. Este conceito basicamente busca unir em um único termo todas as instituições políticas e sociais que compõem um sistema coletivo de cooperação:

O objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou, mais exatamente, o modo como as instituições sociais mais importantes distribuem os direitos e deveres fundamentais, e determinam a divisão das vantagens provenientes da cooperação social. Por instituições mais importantes, entendo a constituição política e as principais disposições econômicas e sociais.<sup>13</sup>

Não faz parte da estrutura básica, entretanto, os aspectos internos do funcionamento de associações civis e religiosas, e nem as relações entre Estados ou governos. A Estrutura básica é justamente o ponto intermediário, o funcionamento *doméstico* de um sistema social, que não invade o funcionamento específico das pontas.

Um quarto importante conceito fundamental é o de pessoas como cidadãos livres e iguais. Já vimos que a teoria da justiça como equidade é uma concepção política de justiça, esboçada para uma estrutura básica da sociedade e não com o intuito de ser uma doutrina moral abrangente. Neste sentido, a ideia aqui de cidadão / pessoa não é uma concepção metafísica, religiosa, espiritual ou psicológica, e sim normativa e política, do cidadão como uma partícula de um sistema equitativo de cooperação.

Dentro da teoria idealizada de Rawls, os cidadãos são considerados iguais pois possuem as faculdades morais necessárias para se envolverem na cooperação social desde o nascimento até a morte, participando da sociedade em patamar de igualdade com os demais membros:

---

<sup>12</sup> Ibid. p.13-14

<sup>13</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008. p.19

“Na medida em que vemos a sociedade como um sistema equitativo de cooperação, a base da igualdade consiste em termos, no grau mínimo necessário, as capacidades morais que nos permitem participar plenamente da vida cooperativa da sociedade.”<sup>14</sup>

Por outro lado, os cidadãos são livres pois possuem a faculdade moral de formar, rever e modificar suas próprias concepções de bem, não havendo uma doutrina obrigatória que determina a ética / moral de todos. As diferentes concepções de bem individuais precisam apenas ser compatíveis com a concepção pública de justiça. Em consequência, os cidadãos também são livres na medida em que podem fazer reivindicações às suas instituições para promoverem suas próprias concepções de bem.

Portanto, vimos aqui quatro ideias fundamentais da sociedade ideal na visão de Rawls: 1) sociedade como um sistema equitativo de cooperação; 2) o que é uma sociedade bem-ordenada; 3) o que é a estrutura básica de uma sociedade (bem-ordenada); 4) como agem as pessoas entendidas como cidadãos livres e iguais.

Rawls não esconde o caráter ideal de seus conceitos. Pelo contrário, justifica seu idealismo em cada conceito novo apresentado. Apresentamos abaixo uma de suas justificativas, especificamente sobre a ideia de cidadãos livres iguais, mas que é abrangente o suficiente para ser propagada às demais idealizações apresentadas:

Ao empregarmos a concepção de cidadãos como pessoas livres e iguais desconsideramos vários aspectos do mundo social e de certa forma fazemos uma idealização. Isso revela uma das funções das concepções abstratas: nós as utilizamos para obter uma visão clara e ordenada de uma questão considerada fundamental, enfocando os elementos que supomos ser mais significativos e relevantes para determinar sua resposta mais adequada. Na ausência de qualquer explicação em contrário, não tentaremos responder a nenhuma outra questão senão à questão fundamental formulada acima.”<sup>15</sup>

A partir destes conceitos preliminares, podemos mergulhar nos conceitos mais estruturantes da teoria da justiça como equidade de Rawls.

---

<sup>14</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.27-28

<sup>15</sup> Ibid. p.11



## 2.2 O CONTRATUALISMO RAWLSIANO E A POSIÇÃO ORIGINAL

Um dos conceitos mais marcantes da teoria de Rawls é a sua ideia de posição original. Conforme já explicado anteriormente, Rawls é um contratualista. Isto significa que sua teoria parte da hipótese de um contrato social firmado entre os próprios cidadãos, que concordam com os termos nos quais vão basear a vida em sociedade, para que todos possam conviver em harmonia e cooperação coletiva. Este contrato poderia ser visto, em um paralelo com termos reais, como as constituições de cada Estado.

Rawls justifica o porquê de adotar uma tese contratualista:

Em linhas gerais, poderíamos dizer que a especial importância do contratualismo deve-se ao fato de nos ajudar a responder, de modo interessante, a duas perguntas básicas de qualquer teoria moral: a) O que a moral exige de nós? E b) Por que devemos obedecer a certas regras? À primeira pergunta, o contratualismo responde: a moral exige que cumpramos aquelas obrigações que nos comprometemos a cumprir. E, ante a segunda pergunta, o contratualismo afirma que a razão pela qual devemos obedecer a certas regras é porque nos comprometemos a isso. Não é por acaso, nesse sentido, que o contratualismo, como proposta teórica, tenha surgido e se tornado popular depois de uma época em que perguntas como as mencionadas só encontravam respostas por meio da religião. Desde o início do Iluminismo, o contratualismo apresentou-se como a forma mais atraente de “preencher o vazio” deixado pelas explicações religiosas sobre as questões morais, sobre o problema da autoridade. A autoridade é vista agora como uma criação dos próprios indivíduos, que não pode ser justificada recorrendo-se a abstrações ou entidades não-humanas.<sup>16</sup>

Há uma diferença essencial, no entanto, do contratualismo de Rawls em relação aos demais, pois ele defende um tipo particular de contrato - um *contrato hipotético*. Rawls refere-se a um acordo que firmaríamos sob certas condições ideais, e no qual é respeitado nosso caráter de seres livres e iguais. Neste acordo hipotético, a moralidade se derivaria diretamente de princípios naturais, inerentes ao ser humano. Diferente, então, dos contratos reais (como o declarado por Hobbes), que estariam sempre enviesados pelos interesses e poderes de negociação individuais.

---

<sup>16</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008. p.14

Neste sentido, o elemento hipotético proposto é a condição particular em que se encontram os supostos representantes do povo que elaborariam este contrato. É o que se denomina a *posição original*. Os entes que elaboram o contrato estão cercados por um *véu da ignorância* que não os permitem conhecer suas características pessoais. Assim, ninguém sabe se é rico ou pobre, branco ou negro, homem ou mulher, e as regras estabelecidas neste contrato seriam elaboradas sem um viés de proveito próprio a cada classe.

Roberto Gargarella, em seu livro “As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política.” explica muito bem e de forma sucinta a ideia de posição original:

A situação hipotética que Rawls supõe tende a refletir sua intuição de que a escolha de princípios morais não pode estar subordinada às nossas situações particulares. Para impedir a influência indevida das circunstâncias próprias de cada um, Rawls imagina uma discussão realizada por indivíduos racionais e interessados em si mesmos, que se propõem eleger - por unanimidade, e depois de deliberar entre eles - os princípios sociais que deverão organizar a sociedade. Os sujeitos que Rawls imagina surgem afetados por uma circunstância particular. Ocorre que estão sob um “véu de ignorância”, que os impede de conhecer qual é a sua classe ou seu *status* social, a sorte ou desventura que tiveram na distribuição de capacidades naturais, sua inteligência, sua força, sua raça, a geração à qual pertencem, etc. Tampouco conhecem suas concepções do bem ou suas propensões psicológicas específicas. Por outro lado, esse véu não os impede de reconhecer certas proposições gerais, tais como as descobertas básicas que as ciências sociais fizeram em matéria de economia, psicologia social, etc. Em suma, o que os citados agentes desconhecem é qualquer informação que lhes permitam orientar a decisão em questão a seu próprio favor. Como diz Kymlicka, o véu de ignorância “não é uma expressão de uma teoria da identidade pessoal. É um teste intuitivo de equidade”. Desse modo, então, as partes na “posição original” direcionam-se para alcançar um acordo capaz de considerar imparcialmente os pontos de vista de todos os participantes. Se não fizerem isso, uma vez posto em funcionamento o sistema institucional em questão, podem chegar a deparar com o fato de caber a eles ocupar as posições mais desvantajosas (por exemplo, talvez a um deles caiba sofrer uma incapacidade, ou gozar dos talentos menos valorizados).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Ibid. p. 21-22

Desenvolver sua concepção em termos de um contrato hipotético deste tipo traz a Rawls um recurso vantajoso para defender seu conceito de igualdade. O contrato elaborado desta forma reflete a ideia de que a vida e o destino de cada um tem a mesma importância:

O contrato em questão, em suma, serve para moldarmos a ideia de que nenhuma pessoa está, de modo inerente, subordinada às demais. (...) A igualdade que interessa a Rawls não tem a ver com nosso igual status moral, que nos força, em todo o caso, a desenvolver uma preocupação com a imparcialidade - pelo fato de se considerarem imparcialmente as preferências e interesses de cada um.<sup>18</sup>

Desta forma, a posição original seria um modelo adequado para garantir condições equitativas de acordo entre cidadãos livres e iguais, e restringiria as razões individuais que não fossem voltadas a um bem comum. Imbuídos do véu da ignorância, os representantes do povo presentes na formulação do contrato endossariam princípios que levassem em consideração o bem de todos, imunes a perspectivas particulares que pudessem interferir no acordo equitativo da vida em sociedade.

Nesta particular condição hipotética, Rawls acredita que os seres empossados pela posição original chegariam a *dois princípios de justiça* que regulariam a estrutura básica da sociedade.

### 2.3 DOIS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA

Rawls formula a seguinte pergunta:

Considerando-se a sociedade como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos livres e iguais, que princípios de justiça são mais apropriados para determinar direitos e liberdade básicos, e para regular as desigualdades sociais e econômicas das perspectivas de vida dos cidadãos?<sup>19</sup>

O intuito, portanto, seria formular os valores fundamentais que regulariam a vida coletiva de forma justa e harmoniosa, e que não fossem princípios impostos por uma

---

<sup>18</sup> Ibid. p.18

<sup>19</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p. 58

autoridade e sim propostos pelos próprios cidadãos pertencentes à estrutura básica de uma sociedade democrática, através do contrato social. Há uma intenção em Rawls de conceber estes princípios como algo proveniente da própria natureza do ser humano, como se estes valores surgissem da própria convicção interna do homem como ser político e racional. Apesar de não defender abertamente o direito natural, interpretamos esta pretensão de Rawls como uma defesa implícita à tese de que existiriam direitos inerentes à natureza do homem. Esta associação entre Rawls e o direito natural, entretanto, não é trivial, e exigiria uma defesa mais bem elaborada, o que extrapola o ponto central deste trabalho, podendo ser explorado em um momento futuro.

Portanto, os dois princípios básicos de justiça, segundo Rawls, seriam assim formulados<sup>20</sup>:

1- Cada pessoa deve ter um direito igual e irrevogável ao esquema mais abrangente de liberdades básicas iguais que for compatível com um esquema semelhante de liberdades para as demais.

2- As desigualdade sociais e econômicas devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condição de igualdade equitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença).

Os dois princípios de justiça enunciados estão organizados, segundo Rawls, em uma ordem de *prioridade lexicográfica*, ou seja, o primeiro princípio tem precedência sobre o segundo, e, dentro do segundo princípio, a igualdade equitativa de oportunidades tem precedência sobre o princípio da diferença. Essa prioridade significa que ao aplicar um princípio, partimos do pressuposto de que os princípios anteriores já foram plenamente satisfeitos.

De acordo com essa regra de prioridade, a liberdade não pode ser limitada (em sociedades que alcançaram um nível mínimo de desenvolvimento econômico) a

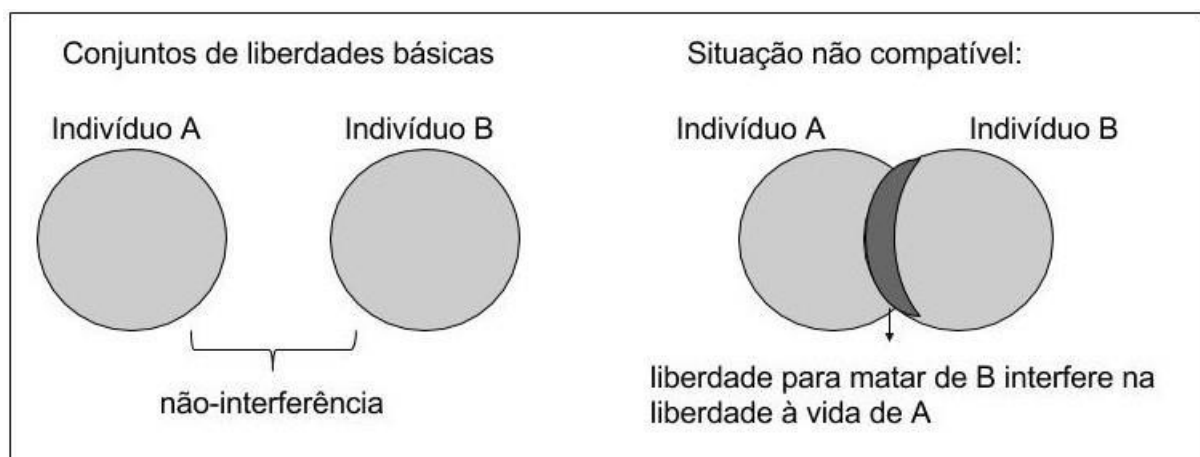
---

<sup>20</sup> Ibid. p.60

favor da obtenção de maiores vantagens sociais e econômicas, mas apenas no caso de entrar em conflito com outras liberdades básicas.<sup>21</sup>

O primeiro princípio trata de uma formulação de raciocínio lógico e quase matemático. Quais seriam as liberdades básicas que todos poderiam usufruir ao mesmo tempo? De outra forma, poderíamos interpretar esta formulação observando que o limite do conjunto de liberdades básicas se perfaz quando o gozo da liberdade por um indivíduo impossibilite que outro possa usufruir do mesmo benefício.

Um exemplo simples para esclarecer este conceito é se analisarmos uma suposta liberdade para matar. Suponhamos que exista uma sociedade em que todos os indivíduos estão livres para matar uns aos outros. Ora, nesta sociedade, não seria possível que um indivíduo usufruísse desta liberdade sem necessariamente excluir o mesmo benefício de outro indivíduo: aquele que está sendo morto (**Figura 1**).



**Figura 1** - Princípio da liberdade: conjuntos de liberdades básicas não-interferentes.

Portanto, é possível definir o conjunto de liberdades básicas a partir do limite do que não é liberdade básica, de tal forma a apenas englobar liberdades que possam ser extrapoladas a todos os indivíduos de uma estrutura básica indistintamente.

O primeiro princípio revela também uma abordagem kantiana da tese de Rawls, podendo ser interpretado como o provimento de um conjunto de liberdades cujas

<sup>21</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. 2008. p.26

abrangências não permitam que um indivíduo sirva como mero meio para o fim de outro indivíduo. Ou seja, as liberdades básicas seriam aquelas que autorizassem que cada indivíduo pudesse buscar o seu próprio projeto de vida sem que sofra interferência e, em retribuição, sem que interfira no projeto de vida dos demais.

Um forma de exemplificar esta noção seria aplicando-a ao conceito de escravidão. O indivíduo sujeito às vontades de outrem não está gozando da liberdade de poder decidir suas próprias finalidades e sofre a interferência de terceiros, servindo, sem seu real consentimento, de meio para fins que não são os seus próprios. A ideia de escravidão não seria, portanto, compatível com o primeiro princípio de justiça de Rawls.

Rawls parte de uma formulação analítica para chegar a uma lista de direitos e liberdades básicas:

Avaliamos quais liberdades fornecem as condições políticas e sociais essenciais para o adequado desenvolvimento e pleno exercício das duas faculdades morais das pessoas livres e iguais. Segue-se disso que: primeiro, as liberdades políticas iguais e a liberdade de pensamento permitem que os cidadãos desenvolvam e exerçam suas faculdades para julgar a justiça da estrutura básica da sociedade e suas políticas sociais; e, segundo, a liberdade de consciência e a liberdade de associação permitem que os cidadãos desenvolvam e exerçam suas faculdades morais para formar, rever e racionalmente procurar realizar (individualmente ou, com mais frequência, em associação com outros) suas concepções de bem.<sup>22</sup>

Partimos então para analisar o segundo princípio, o qual pode, por sua vez ser novamente dividido em duas propostas fundamentais que não defendem necessariamente uma única ideia. A primeira proposta seria a da igualdade de oportunidades para acesso aos cargos e posições. É uma ideia de que todo cidadão, no início da vida, dependa apenas de sua própria força de vontade para lograr êxito em suas perspectivas pessoais. Desta forma, Rawls defende que devemos neutralizar o “azar” que pode incorrer aos indivíduos no início (e ao longo) da vida, como, por exemplo, debilitações em termos de saúde ou de classe social.

---

<sup>22</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.60

Para tal, Rawls afirma que há 3 tipos de desigualdades que uma sociedade bem-ordenada poderia preocupar-se particularmente em evitar:<sup>23</sup> 1) sua classe social de origem: a classe em que nasceram e se desenvolveram antes de atingir a maturidade; 2) seus talentos naturais (em contraposição a seus talentos adquiridos); e as oportunidades que têm de desenvolver esses talentos em função de sua classe social de origem; 3) sua boa ou má sorte ao longo da vida (como são afetados pela doença ou por acidentes; e, digamos, por períodos de desemprego involuntário e declínio econômico regional).

Assim, o poder público da estrutura básica criaria regulamentações para gerar um reequilíbrio na condição de igualdade equitativa de oportunidades entre todos os indivíduos, atuando principalmente nestes três tipos de fenômenos que ocorrem naturalmente em sociedades bem-ordenadas. As diferenças do primeiro tipo poderiam ser neutralizadas, por exemplo, com a implementação de uma educação pública universal de qualidade e outras instituições sociais meritocráticas. As diferenças do tipo 2 e 3 são mais difíceis de serem neutralizadas, mas poderiam ao menos ser amenizadas por políticas públicas como, por exemplo, acompanhamento médico gratuito aos deficientes físicos ou acidentados, seguro-desemprego para os afetados por crise econômica, etc.

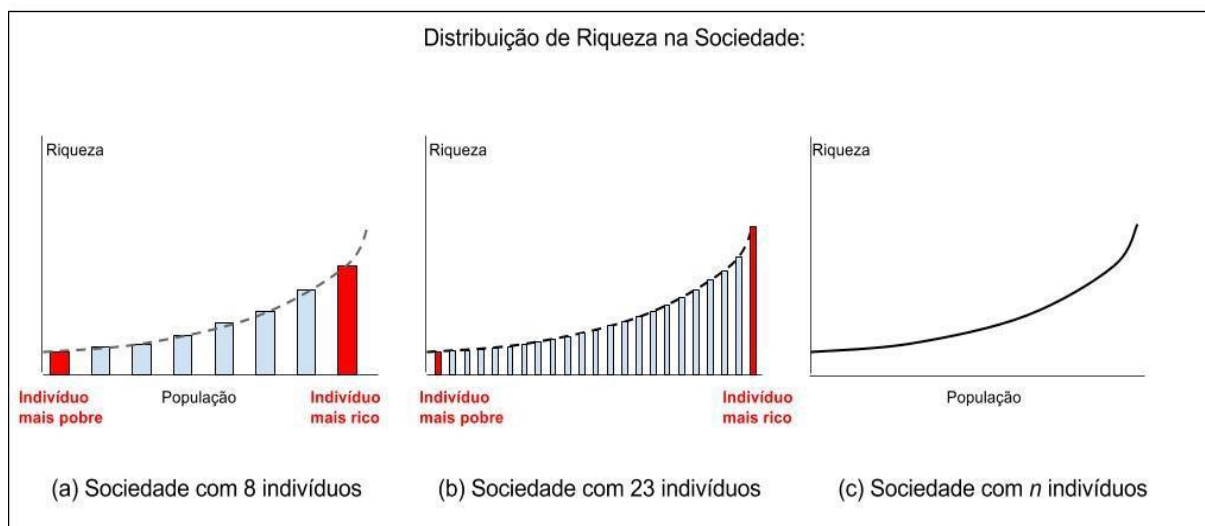
A segunda parte do segundo princípio traz, em nosso ver, o maior diferencial da teoria de Rawls. Mais conhecido como *princípio da diferença*, esta ideia propõe que deva existir desigualdades sociais e econômicas na sociedade, desde que beneficie a todos. “As maiores vantagens dos mais beneficiados pela loteria natural só são justificadas se elas fazem parte de um esquema que melhora as expectativas dos membros menos favorecidos da sociedade.”<sup>24</sup>

Para ilustrar esta ideia, podemos fazer uma representação gráfica da distribuição de riqueza de uma determinada população. Imagine que todos os membros da sociedade estão dispostos lado a lado, ordenados em ordem crescente de riqueza, ou seja, do mais pobre ao mais rico. Cada um dos membros então expõe a quantidade de riqueza que possui, representado por uma coluna. Na **Figura 2 (a)**, observamos um exemplo desta representação para uma população pequena de pessoas. Na medida em que aumentamos o tamanho desta população, as colunas lado a lado vão tomando o formato de uma curva (**Figura 2 (b)**), de tal

<sup>23</sup> Ibid. p.60

<sup>24</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008. p.25

forma que, para uma população de tamanho genérico (ou seja, para qualquer tamanho), é possível levarmos em consideração apenas a curva formada pela envoltória da grande quantidade de colunas (implícitas), a qual chamaremos de *curva de distribuição de riqueza* (**Figura 2 (c)**).



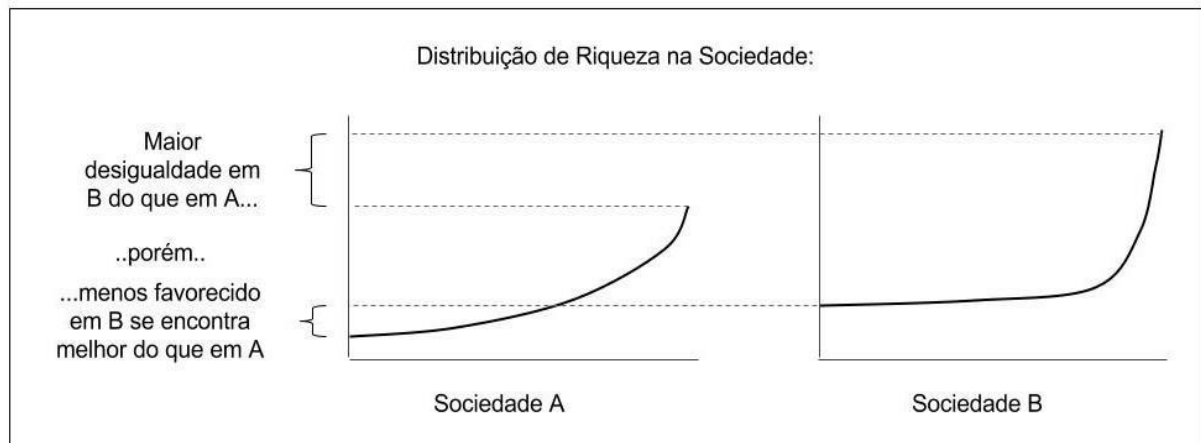
**Figura 2** - Construção da curva de distribuição de riqueza

Ao utilizarmos o termo *riqueza*, estamos usando como exemplo a ideia de poder aquisitivo para tornar o entendimento mais simples (ser rico é ter mais dinheiro, ser pobre é ter menos dinheiro). Porém, Rawls, ao definir quem são os menos ou mais favorecidos em uma determinada estrutura social, leva em consideração um conceito mais amplo, de *bens primários*, que podem assumir várias formas, a depender de fatos gerais sobre as necessidades e aptidões humanas. Estes bens primários são agrupados em cinco tipos, dentre os quais a renda e a riqueza ocupam apenas uma categoria. Para fins desta exposição, utilizaremos o termo *riqueza* para facilitar o entendimento, tendo em mente, no entanto, que as desigualdades às quais Rawls se refere englobam uma valoração mais ampla de *bens*.<sup>25</sup>

Uma representação gráfica do *princípio da diferença* pode, portanto, ser vista na **Figura 3**. Rawls defende que a desigualdade entre indivíduos de um sistema social cooperativo pode ser maior desde que o menos favorecido esteja em uma posição melhor do que estaria na situação de menor desigualdade. No caso, podemos imaginar duas sociedades A e B.

<sup>25</sup> Para maior detalhamento acerca dos bens primários de Rawls, ver: RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.81-86 (§17)





**Figura 3** - Representação gráfica do princípio da diferença de Rawls

Em A, há menor desigualdade entre o indivíduo menos favorecido e o mais favorecido, em comparação com estes mesmos indivíduos da sociedade B. No entanto, o cidadão menos favorecido da sociedade B encontra-se em situação absoluta melhor do que o seu correspondente da sociedade A. Para Rawls, a sociedade B seria então uma sociedade mais justa, na medida que, apesar da maior desigualdade, houve um maior favorecimento global aos indivíduos menos favorecidos.

O princípio da diferença, portanto, defende que “as violações de uma ideia estrita de igualdade só são aceitáveis no caso de servirem para incrementar as parcelas de recursos em mãos dos menos favorecidos, e nunca de as diminuir.”<sup>26</sup>

Como já dito anteriormente, Rawls frisa que seus princípios possuem uma ordem lexicográfica necessária, em que os princípios menos importantes só podem ser utilizados para justificar políticas públicas após satisfeitos os princípios mais importantes. É importante também observar que os princípios de justiça são aplicados em diferentes estágios da organização da sociedade, desde a formação da constituição, passando pela promulgação das leis infraconstitucionais, até a aplicação da justiça no caso concreto.<sup>27</sup>

Rawls defende que seus princípios de justiça se aplicam a uma *concepção pública de justiça*, e não a uma doutrina moral abrangente. Mas o que ele pretende dizer com isso? Para

<sup>26</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. 2008. p.26

<sup>27</sup> Para uma explicação mais completa a respeito, ver: RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.67-69 (§13.6).

um melhor encadeamento das ideias, vamos analisar em ordem os importantes conceitos de *pluralismo razoável*, *razões públicas* e *consenso sobreposto*, que resultarão na teoria do Liberalismo Político de John Rawls.

## 2.4 LIBERALISMO POLÍTICO: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA DE JUSTIÇA

A noção de Liberalismo Político surge, inicialmente, do fato do pluralismo. Conforme já exposto, Rawls não pretende a partir do seu modelo de política criar uma doutrina filosófica abrangente, a qual todos os indivíduos de uma sociedade devam seguir. Pelo contrário, Rawls afirma que as sociedades modernas estão necessariamente sujeitas ao *fato do pluralismo*, em que há diversas distintas doutrinas morais que cada cidadão pode optar por acreditar e seguir como parâmetro ideológico da sua própria vida.

Desta forma, não há sentido em tentar encontrar uma forma de forçar todos os cidadãos a uma mesma crença e conduta filosófica / espiritual, e sim formular um modelo que possibilite estruturar uma sociedade sujeita a este fato do pluralismo, modelo no qual as diversas doutrinas abrangentes devam encontrar um equilíbrio cooperativo para conviver de forma harmoniosa e justa para todos.

Para isso, trazemos primeiramente a ideia de que o pluralismo é *razoável*, isto é, a pluralidade de doutrinas abrangentes seguidas pelos membros da sociedade são, embora incompatíveis entre si em termos de ideais de vida individuais, compatíveis entre si em termos de convívio social harmônico. Desta forma, doutrinas morais não razoáveis devem ser excluídas da deliberação política, se por não razoáveis queremos dizer que elas promovem condutas não compatíveis com a cooperação social (por exemplo, uma religião que defenda a morte de seres humanos de outras religiões).

Rawls faz uma distinção entre racional e razoável que facilita o entendimento deste segundo termo:

Pessoas razoáveis são aquelas dispostas a propor, ou a reconhecer quando outros os propõem, os princípios necessários para especificar o que pode ser considerado por todos como termos equitativos de cooperação. Pessoas razoáveis também entendem que devem honrar esses princípios, mesmo às custas de seus próprios interesses, se

as circunstâncias o exigirem, desde que os outros também os honrem. É insensato não estar disposto a propor tais princípios, ou não honrar termos equitativos de cooperação que, espera-se, os outros possam razoavelmente aceitar; é pior que insensato quando a pessoa apenas parece ou finge propô-los ou honrá-los, mas está disposta a violá-los em benefício próprio assim que a ocasião o permitir. No entanto, embora não seja razoável, fazer isso não é, em geral, irracional. Pode acontecer que alguns detenham poder político maior ou se encontrem em circunstâncias mais afortunadas; e, embora essas condições sejam irrelevantes para distinguir essas pessoas no que se refere à condição de igualdade, pode ser racional para elas tirarem vantagem de sua situação.<sup>28</sup>

Portanto, as doutrinas razoáveis seriam aquelas em que seus seguidores propõem princípios sociais e políticas públicas que busquem maior benefício a todos os participantes da cooperação social, e que estão dispostos a sacrificar determinadas vantagens pessoais em prol do bem comum (inclusive de membros de outras doutrinas). Já doutrinas não razoáveis são aquelas em que seus membros, mesmo que agindo de forma racional, não compreendem que atos de sacrifício próprio possam beneficiar a todos, e não admitem honrar os princípios propostos para tal benefício coletivo.

A partir do fato do pluralismo razoável, Rawls defende que para definirmos os princípios de justiça que todos aceitem, devemos argumentar através de *razões públicas* para atingir o *consenso sobreposto razoável*.

Embora em uma sociedade bem-ordenada todos os cidadãos afirmem a mesma concepção política de justiça, não supomos que o façam sempre pelas mesmas razões.<sup>29</sup> Cidadãos têm opiniões religiosas, filosóficas e morais conflitantes e, portanto, afirmam a concepção política a partir de doutrinas abrangentes e opostas, ou seja, pelo menos em parte, por razões diversas. Mas isso não impede que a concepção política seja um ponto de vista comum a partir do qual podem resolver questões que digam respeito aos elementos constitucionais essenciais.<sup>30</sup>

Portanto, ainda que os cidadãos de uma determinada estrutura básica sigam ideologias diferentes, há determinados aspectos da vida social com os quais todos podem concordar, ainda que por motivos diferentes. Ainda que um religioso defenda que “matar uns aos outros”

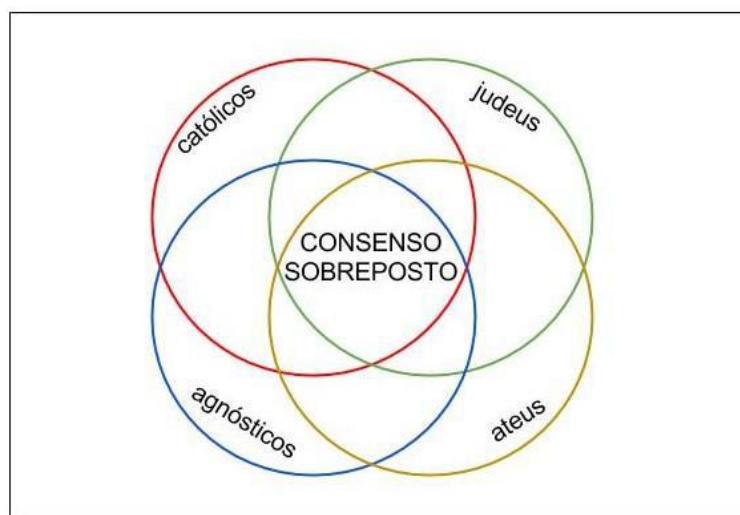
<sup>28</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.9

<sup>29</sup> Frase extraída de *Anarchy, State, and Utopia* de NOZICK, p.225

<sup>30</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.45

deva ser proibido por afrontar um dos dez mandamentos, um agnóstico pode concordar que “matar uns aos outros” deva ser proibido por simples questão de ordem social e justiça. Independente da argumentação, o dispositivo normativo alcançado seria fruto de uma concordância entre diferentes doutrinas morais abrangentes.

Daí a noção de *consenso sobreposto*, dentro do qual uma sociedade plural atingiria os princípios de uma concepção política de justiça através da interseção dos valores aceitos por todas as doutrinas morais razoáveis de uma sociedade democrática. Uma representação gráfica de tal consenso pode ser vista na **Figura 4**. Imagine que cada círculo englobe todos os princípios morais de cada doutrina abrangente razoável.



**Figura 4** - Consenso sobreposto

Na interseção destes círculos, teríamos a sobreposição dos princípios aceitos por todos, que formaria o referido consenso. “A noção de consenso sobreposto é introduzida para tornar a noção de sociedade bem-ordenada mais realista e ajustá-la às condições históricas e sociais de sociedades democráticas, que incluem o fato do pluralismo razoável.”<sup>31</sup> O fato de que existe uma diversidade de doutrinas abrangentes e razoáveis não é uma mera condição histórica que logo passará, e sim um aspecto permanente de uma sociedade democrática.<sup>32</sup>

Porém, não basta que haja uma mera interseção de valores para que o consenso sobreposto seja considerado *razoável*. Para que concepção política de justiça faça sentido em

<sup>31</sup> Ibid. p.44

<sup>32</sup> Ibid. p.57

uma justificação ampla de seus princípios, estes devem ser defendidos através de *razões públicas*, ou seja, razões que não apontem apenas um ponto particular/pessoal das questões envolvidas, e sim que se baseiem em valores que qualquer cidadão possa endossar. “Uma concepção política de justiça espera poder formular esses princípios e valores comuns que tornam a razão pública.”<sup>33</sup>

Uma característica essencial de uma sociedade bem-ordenada é que sua concepção pública de justiça política estabelece uma base comum a partir da qual os cidadãos justificam, uns para os outros, seus juízos políticos: cada um coopera, política e socialmente, com os restantes em termos aceitos por todos como justos. É esse o significado da justificação pública.<sup>34</sup>

Portanto, não se pode esperar que um consenso sobreposto seja razoável se não há razões unificadas pelas quais todos os cidadãos possam recorrer para justificar suas condutas, ideias, e proposições do que é certo ou errado. Para garantir que um sistema equitativo de cooperação evolua para o *status* de sociedade bem-ordenada, existir uma base pública de justificação é essencial.

Mas qual seria essa base pública de justificação? Quais seriam os argumentos que poderiam ser aceitos por todos? Rawls explica:

Confrontados com o fato do pluralismo razoável, e admitindo-se que, em se tratando dos elementos constitucionais essenciais, as instituições básicas e políticas públicas devem ser justificáveis para todos os cidadãos (...) concedemos às partes as crenças gerais e formas de raciocínio encontradas no senso comum, e os métodos e conclusões da ciência, quando não são controversos. (...) Dizemos, pois, que as partes dispõem desse tipo de conhecimento geral e empregam esse tipo de argumentação. Isso impede que doutrinas religiosas e filosóficas abrangentes sejam definidas como razões públicas. O mesmo vale para teorias econômicas muito elaboradas sobre equilíbrio geral e coisas do gênero, caso haja divergências em torno delas. Se estamos falando de razão pública, o conhecimento e os modos de argumentação - as verdades incontestáveis que agora são de conhecimento comum e que estão disponíveis para todos os cidadãos - que fundamentam a escolha que as partes fazem de princípios de justiça têm de ser acessíveis à razão comum dos

---

<sup>33</sup> Ibid. p.58

<sup>34</sup> Ibid. p.38

cidadãos. Caso contrário, a concepção política não proporciona uma base de legitimidade política.<sup>35</sup>

Com o desenvolvimento de uma base pública de justificação, podemos finalmente atingir o *consenso sobreposto razoável*, no qual os princípios de justiça presentes na interseção entre doutrinas morais não só são concordados por todos, como também podem ser justificados para todos através de motivos não particulares, e sim públicos. Podemos imaginar que, no caso de uma nova doutrina que acaba de ser criada e popularizada em uma determinada sociedade democrática, esta doutrina só será considerada razoável se seus princípios ideológicos individuais forem compatíveis com os princípios públicos regidos pela base pública de justificação.

Um dos objetivos da justificação pública é certamente o de preservar as condições de uma cooperação social efetiva e democrática entre cidadãos livres e iguais. Tal justificação depende de um acordo de juízos, pelo menos no tocante aos elementos constitucionais essenciais; e portanto, quando esse acordo está ameaçado, uma das tarefas da filosofia política é tentar elaborar uma concepção de justiça que reduza os desacordos, pelo menos em torno das questões mais controversas.<sup>36</sup>

(...)

Um consenso sobreposto, portanto, não é um mero consenso quanto à aceitação de certas autoridades, ou quanto à aprovação de certos arranjos institucionais, baseado na convergência contingente ou histórica de interesses privados ou de grupos.<sup>37</sup>

Cada visão de mundo reconhece os conceitos, princípios e virtudes da concepção política de justiça como o conteúdo comum em que suas visões variadas coincidem. Mesmo que partam de premissas religiosas, filosóficas ou morais diferentes, afirmam esta concepção externando as razões que podem até não ser as reais, mas que possibilitam ser apoiadas por todos.

São essas as ideias que formam a base do Liberalismo Político de Rawls, teoria que ganhou grande notoriedade entre acadêmicos da literatura científico-política. Através da compreensão dos seus princípios básicos, podemos agora formular uma concepção do que se

---

<sup>35</sup> Ibid. p.126-127

<sup>36</sup> Ibid. p.39-40

<sup>37</sup> Ibid. p.278

entende por liberdade sob o ponto de vista do liberalismo rawlsiano, da *liberdade como não-interferência*.

## 2.5 CONCEPÇÃO DE LIBERDADE A PARTIR DO LIBERALISMO POLÍTICO

Como já mencionado, o fato do pluralismo razoável é condição intrínseca de sistemas sociais cooperativos cuja complexidade extrapola àquela de uma comunidade local que segue a uma única doutrina moral abrangente. Nestas situações, para se atingir um consenso sobreposto razoável, é fundamental que se respeite as diferenças ideológicas das diferentes doutrinas e que todos tenham oportunidade de perseguir seus próprios projetos de vida como cidadãos livres e iguais.

Neste diapasão, é possível enquadrar a visão de Rawls, também defendida por outros idealizadores do pensamento liberal, como a de liberdade como não-interferência. Este conceito é bem definido por Isaiah Berlin em sua obra “Dois conceitos de liberdade” (1959):

A liberdade política neste sentido é simplesmente a área na qual um homem pode agir sem ser obstruído por outros. (...) A coerção implica a interferência deliberada de outros seres humanos na minha área de atuação. Só não temos liberdade política quando outros indivíduos nos impedem de alcançar uma meta.<sup>38</sup>

Berlin sustenta que a liberdade, vista desta forma, tem uma “meta negativa de evitar interferência”<sup>39</sup>, ao contrário de uma liberdade *positiva* (que seria, no caso, o seu outro conceito de liberdade, que justifica o título de sua obra) que consistiria no exercício da autodeterminação, não sendo caracterizado por uma ausência de interferência e sim por uma presença de ação.<sup>40</sup> Emanado por estas duas liberdades, um ser humano seria considerado plenamente livre ao poder escolher racionalmente suas ações e, em seguida, não sofrer interferência ao perfazê-las.

---

<sup>38</sup> BERLIN, Isaiah. *Dois conceitos de liberdade* [1959]. In: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (orgs.). Isaiah Berlin – Estudos sobre a humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.229

<sup>39</sup> Ibid. p.234

<sup>40</sup> Ibid. p.236

Estes dois tipos de liberdade foram assim qualificados a partir de uma análise que Berlin fez do texto “Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos”, de Benjamin Constant, publicado em 1819.<sup>41</sup> Que traz justamente a ideia de que os “antigos” enxergavam a liberdade como o ideal de participação direta em uma democracia auto governada (positiva), enquanto os “modernos” a enxergavam como a ausência de interferência (negativa).

A partir da dicotomia criada por Constant, Berlin aduz que, ao considerarmos a priori a ideia de liberdade positiva, um aumento da soberania do povo não necessariamente levaria a um aumento da liberdade e diminuição da opressão. “A democracia pode desarmar uma dada oligarquia, um dado indivíduo ou conjunto de indivíduos privilegiados, mas ainda pode esmagar indivíduos tão impiedosamente quanto qualquer governante anterior.”<sup>42</sup> Ou seja, a participação da liberdade positiva direcionaria, eventualmente, à autoridade e opressão exercida pelos representantes do povo, o que levaria os modernos a defender a ideia de liberdade negativa: um direito ao respeito à vida privada, a dimensão individual; que a concepção positiva não previa. Este desenvolvimento realizado por Berlin reproduz bem o conceito de liberdade defendido pelos liberais modernos, como Rawls e Nozick<sup>43</sup>.

Seguindo esta linha, é importante destacar a visão de Rawls em relação a seu antecessor em filosofia política: John Stuart Mill. Segundo Rawls, Mill defendia o “princípio da liberdade” como guia para as políticas públicas. Em sua formulação, declara que há 3 tipos de interferências interpessoais que são inadmissíveis e devem ser descartadas, são elas: (i) por motivos paternalísticos; (ii) por motivos perfeccionistas; e (iii) por motivos de desgosto ou preferência, quando o desgosto ou preferência não são sustentados por noções racionais de certo ou errado.<sup>44</sup>

Mill ainda afirma que este princípio deve ser aplicado de forma “absoluta”, o que na interpretação de Rawls significa ser aplicado sem exceção, tendo em vista que o princípio da liberdade induz o desenvolvimento progressivo dos seres humanos, e uma boa concepção

---

<sup>41</sup> Ibid. p.267

<sup>42</sup> Ibid. p.265

<sup>43</sup> Nozick sustenta, ainda, que a teoria de Rawls é insuficientemente liberal, sendo mais igualitária do que se pretende ao utilizar o rótulo do Liberalismo. Sobre o embate entre Nozick e Rawls, ver: GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008. p. 33-62 (Cap. 2)

<sup>44</sup> RAWLS, John. *Lectures on the History of Political Philosophy*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007. p.291 (tradução livre)



público-política de sociedade democrática (entenda-se: governo) deve aderir incondicionalmente ao auto-policamento restritivo das ações citadas.<sup>45</sup>

Portanto, o “princípio da liberdade” aduzido por John Stuart Mill condiz com a concepção de liberdade como *não-interferência*, pois uma pessoa só é livre se não sofre interferência arbitrária (e por arbitrária podemos, por exemplo, considerar um dos 3 motivos dados por Mill) e compulsória do Estado ou de outros particulares. Rawls, em suas palestras, considera a sua teoria muito próxima aos ideais defendidos por Mill<sup>46</sup>.

O liberalismo político defendido por Rawls parece, ao nosso ver, defender a ideia de liberdade como não-interferência, na medida que as concepções proferidas por um grupo social que segue uma doutrina moral específica não pode interferir nas concepções de um outro grupo da mesma sociedade que siga doutrina distinta. Além disso, a liberdade em Rawls pode ser vista não somente neste aspecto de liberdade entre coletivos, como também, e talvez principalmente, como uma premissa individual fundamental: “cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos”.<sup>47</sup>

O princípio da liberdade de Rawls, assim como o de Mill, tem em sua essência um teor de generalização, onde somente é possível um indivíduo praticar atos livremente se todos os demais indivíduos também puderem praticar estes mesmos atos. Ou seja, desde que a liberdade de um não interfira na liberdade do outro. Mais uma vez voltando à ideia de liberdade como *não-interferência*.

## 2.6 CRÍTICAS AO IDEALISMO DA TEORIA DE RAWLS

A teoria da Justiça como Equidade de Rawls é abertamente declarada como uma idealização, devido a diversos fatores como o contrato hipotético, a premissa de pessoas livres e iguais e o isolamento da estrutura básica em relação às instituições locais e globais, apenas para citar alguns.

---

<sup>45</sup> Ibid. p.294

<sup>46</sup> Ibid. p.267

<sup>47</sup> Ibid. p.60

A teoria crítica sempre surge para se contrapor à teoria tradicional. Marcos Nobre, filósofo e cientista político brasileiro contemporâneo, traz boas palavras para defender a teoria crítica, dizendo que:

Não se trata de um ponto de vista utópico, no sentido de irrealizável ou inalcançável, mas de enxergar no mundo real as suas potencialidades melhores. (...) Um ponto de vista capaz de apontar e analisar os obstáculos a serem superados para que as potencialidades melhores presentes no existente possam se realizar.<sup>48</sup>

Essa é uma das principais críticas à teoria de Rawls: por criar um cenário extremamente utópico para servir de base para suas propostas, tornou-se difícil vislumbrar como sua tese poderia ser posta em prática para de fato exercer a justiça no mundo real.

De fato, a teoria tradicional carrega em si o estigma de separar a “teoria” da “prática”. Os contratualistas, como Hobbes, Locke, Rousseau e o próprio Rawls, criam teses que antecipam um estado ideal, uma utopia, através de premissas que jamais existiram ou existirão no mundo real (como por exemplo, a ideia de posição original de Rawls). Não há respaldo histórico e social em seus pontos de partida, apresentando sempre uma lógica do “dever ser” sem um adequado diagnóstico prévio do “ser”.

Por diagnóstico, referimo-nos ao retrato social no dado momento histórico em que a teoria poderia se tornar a prática. Porém, devido a esta falta de adequação das premissas ideais com o objeto pré-existente, torna-se difícil aplicar as teses tradicionais dentro da noção concreta da realidade. Sendo a teoria tradicional muitas vezes criticada pelo seu teor puramente acadêmico ou abstrato.

Em defesa de Rawls, a sua teoria da Justiça como Equidade, em diversos momentos, realiza diagnósticos das sociedades reais para embasar os seus argumentos.

Um exemplo disso está quando, ao apresentar a ideia de consenso sobreposto, elenca cinco fatos gerais da sociologia política e psicologia humana, sendo o primeiro deles o do

---

<sup>48</sup> NOBRE, Marcos. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2004. p.10

pluralismo razoável. Ele também sustenta que: 2) “a adesão coletiva continuada a apenas uma doutrina abrangente só se mantém pelo uso opressivo do poder de estado”; 3) “um regime democrático duradouro e seguro, não dividido por amargas disputas doutrinárias e classes sociais hostis, tem de ser apoiado livre e voluntariamente por pelo menos uma substancial maioria de seus cidadãos politicamente ativos”; 4) “a cultura política de uma sociedade democrática que tenha funcionado razoavelmente bem durante um período considerável de tempo costuma conter, pelo menos de modo implícito, certas ideias fundamentais a partir das quais é possível elaborar uma concepção política de justiça apropriada para um regime constitucional” e; 5) “as condições em que são feitos muitos de nossos mais importantes juízos políticos, envolvendo valores políticos básicos, torna extremamente improvável que pessoas conscienciosas e plenamente razoáveis possam exercer suas faculdades da razão de modo que todos cheguem à mesma conclusão, mesmo depois de uma discussão livre e aberta.”<sup>49</sup>

Ainda que seja possível observar estas pequenas anotações de como o mundo real funciona, não há uma ligação explícita e bem desenhada entre a teoria e a prática. Em realidade, esta crítica à abstração não é devida unicamente à Rawls, e sim à literatura acadêmica em geral. Convenhamos que na literatura científica concernente à filosofia política contemporânea, muitas teses são criadas sobre o que é justo, mas pouco se produz sobre como aplicar a justiça na sociedade real. O mundo continua com sérios problemas de desigualdade, pobreza, injustiça, e apesar de muito se estudar sobre como o mundo deveria ser, pouco se fala em como efetivamente transformá-lo.

Esta é uma das motivações com as quais este trabalho está sendo desenvolvido: analisar como teorias abstratas sobre justiça e liberdade poderiam ser levadas à prática no mundo real. No próximo capítulo, vamos estudar a teoria do republicanismo cívico de Philip Pettit, que, além de servir como um importante contraponto à tese proposta por Rawls, servirá como ponte para o último capítulo: o da análise de como a teoria política ideal foi aplicada no mundo real e as lições que poderíamos tirar desta experiência.

---

<sup>49</sup> RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003. p.47

### 3 JUSTIÇA E LIBERDADE NO REPUBLICANISMO DE PHILLIP PETTIT

A teoria liberal-igualitária de John Rawls sofreu diversas críticas dentro das discussões que foram surgindo após a publicação e popularização de seus primeiros trabalhos. Alguns defendiam que sua teoria não era suficientemente liberal, outros que não era suficientemente igualitária, entre tantas outras divergências<sup>50</sup>. Dentre as principais correntes de oposição, poderíamos citar o comunitarismo e o republicanismo, que contestam a visão do indivíduo como sujeito essencial de direitos, defendendo que o indivíduo só se torna um titular de direitos após cumprir sua função essencial como detentor de deveres dentro do coletivo.

As linhas filosóficas republicanas e/ou comunitárias defendem a ideia de que a liberdade de cada indivíduo está atrelada também à função cívica. Indivíduo e coletivo operam em conjunto para proporcionar a liberdade para todos. Diversas ramificações podem derivar desta ideia central, como o republicanismo cívico de Philip Pettit sobre o qual aplicamos o foco deste capítulo.

O republicanismo cívico de Pettit parte de um elemento fundamental que é o conceito de liberdade como não-dominação. A partir desta ideia, a qual sustenta ser divergente da visão de liberdade como não-interferência, o autor desenvolve todos os demais aspectos estruturais na construção de sua teoria política. Buscamos aqui entender um pouco mais destes princípios estruturantes e suas principais distinções e semelhanças ao liberalismo.

Inicialmente, porém, é importante entendermos as variadas interpretações que podem derivar da corrente republicana de pensamento, sendo importante contextualizar a teoria de Pettit dentro da miríade de ideologias que, devido a uma semelhança na nomenclatura, podem gerar confusão hermenêutica acerca do tema.

#### 3.1 REPUBLICANISMO: COMO DEFINI-LO

O termo republicanismo é, em nosso tempo, empregado com diferentes sentidos. Alguns autores se referem ao pensamento clássico, associado à república romana de Cícero,

---

<sup>50</sup> Para uma robusta revisão das teorias que surgiram como resposta à Rawls, ver: GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

mas há também diversas correntes contemporâneas associadas ao termo, como o republicanismo liberal ou o partido republicano norte-americano. As referências ao republicanismo em suas diferentes versões geram uma confusão acerca do vocábulo por muitas vezes trazerem características tão distintas entre si que beiram o antagonismo.

No entanto, Gargarella (2008) apresenta o republicanismo a partir de certas marcas aparentemente comuns entre as distintas visões, não negando a presença das fortes diferenças que possam existir entre elas. Nesta busca por um “mínimo denominador comum” do republicanismo, o autor ressalta duas principais características.

Quanto à primeira delas, o autor cita o próprio Pettit:

Em busca desse núcleo comum, Philip Pettit destaca a concepção ‘antitirânica’ - contrária a toda dominação - do republicanismo. A reivindicação da liberdade - a ausência de domínio; a vida em um ‘estado livre’ - unificaria, de forma resumida, as distintas visões republicanas. Esse estado livre é o que vai possibilitar a grandeza e o crescimento da comunidade e, sobretudo, o que vai possibilitar que os cidadãos possam buscar livremente seus próprios objetivos.<sup>51</sup>

A segunda característica comum às distintas visões de republicanismo seria a defesa de certos valores cívicos, ou *virtudes*, indispensáveis para a conquista da liberdade e do convívio harmonioso em sociedade.

A lista de virtudes defendidas pelo republicanismo é muito extensa. (...) valores como a coragem (para defender a própria comunidade contra ataques externos) e a prudência (para participar do governo da comunidade), (...) a igualdade, a simplicidade, a honestidade, a benevolência, a moderação, o patriotismo, a integridade, a sobriedade, a abnegação, a laboriosidade, o amor à justiça, a generosidade, a nobreza, a solidariedade e, em geral, o compromisso com o destino dos demais.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008. p.186

<sup>52</sup> Ibid., p.187

As diferentes teses, então, apontariam para um discurso contrário à dominação, defendendo que os cidadãos devem exigir de si mesmos a manifestação de suas virtudes para que consigam constituir um autogoverno justo e livre.

Pettit, ao apresentar a sua tese do *republicanismo cívico*, ressalta que o seu republicanismo deve ser visto em contraste com outras três versões conhecidas deste pensamento, não devendo ser confundido com as mesmas. São elas: 1) a mera oposição à monarquia; 2) o homônimo partido político norte-americano; 3) as formas comunitárias de pensamento republicano cujos ideais centrais são a soberania popular e a participação universal. “Nestas versões, a liberdade individual faz parte da formação do espírito coletivo e soberano da comunidade”.<sup>53</sup>

O republicanismo cívico de Pettit estaria, portanto, mais próximo ao pensamento histórico e tradicional do republicanismo romano, que teve continuidade no renascimento europeu, na Inglaterra do séc XVII e na independência norte-americana. O autor defende que nesta tradição, “a liberdade não é entregue à comunidade como um benefício positivo da participação no autogoverno, e sim de maneira mais negativa, referente à não imposição interpessoal.”<sup>54</sup>

A liberdade seria, portanto, peça chave na construção da ideia do republicanismo cívico. Porém, não como um aspecto de um direito potestativo entregue pelo governo para promover participação popular, e sim no sentido de servir como uma proteção à não imposição contínua da vontade de uma pessoa sobre a outra, ou, em outras palavras, à não dominação. É a partir desta ideia de liberdade que Pettit apóia os alicerces fundamentais de sua teoria.

### 3.2 A LIBERDADE COMO AUSÊNCIA DE DOMINAÇÃO

A dominação ocorre quando o bem-estar de um indivíduo depende das decisões de outrem. Nesta situação, um indivíduo detém *poder* sobre o outro, podendo realizar interferências arbitrárias. Variados exemplos de relações cotidianas de dominação podem ser

---

<sup>53</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 31 (tradução livre)

<sup>54</sup> Ibid. p.32

citados, como: o filho de pais emocionalmente instáveis; a esposa de um marido ocasionalmente violento; o aluno de um professor que cria regras injustas de avaliação; um empregado cuja segurança profissional depende de manter o seu chefe de bom humor; o dono de um pequeno negócio cujo sucesso depende da boa vontade do banqueiro que irá lhe fornecer o empréstimo; ou até um jovem infrator cuja punição depende do desejo da mídia de fomentar uma cultura vingativa.<sup>55</sup>

Pettit julga ser tão importante o conceito de dominação para a sua teoria republicana, que se preocupa em criar uma definição para o termo, e o faz da seguinte forma: “um indivíduo tem poder de dominação sobre o outro quando (1) tem a capacidade de interferir, (2) de forma arbitrária, (3) nas decisões que o outro poderia tomar de sua própria posição.”<sup>56</sup> Nota-se que a dominação não necessariamente resulta em interferência, e mesmo quando há interferência, esta não necessariamente traz um mal a quem a sofre, mas é, sim, arbitrária, podendo ser positiva ou negativa a depender dos desejos do indivíduo dominador. Portanto, a dominação atua não na necessária interferência, mas sim na susceptibilidade à interferência, ou na ameaça constante de exercício de poder arbitrário.

É importante notar também que uma relação de dominação entre indivíduos pode ter sua origem em um consenso (ex: casamento, relação de trabalho, etc). O fato de ser iniciada por um ato consensual, no entanto, não é suficiente para que a relação decorrente deste ato seja, em si, livre de dominação: “Independente de uma determinada relação ser consensual em sua origem, o fato de uma parte ter posteriormente a efetiva capacidade de interferir arbitrariamente nas escolhas da outra significa que há sim uma relação de dominação”.<sup>57</sup>

Como então atingirmos a ausência de dominação? Em um primeiro momento, podemos pensar na alternativa do escape, da reclusão, da vida fora do ambiente de socialização. Um sujeito que vive sem manter relações sociais com nenhum outro ser humano, naturalmente também não será dominado, e portanto, estaria livre. Não é, entretanto, sobre esta alternativa que o ideal republicano se concentra:

---

<sup>55</sup> Ibid. p.33

<sup>56</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford University Press, 2010. p. 52 (tradução livre)

<sup>57</sup> Ibid., p.62

A não dominação, como valorizada pela tradição republicana, significa a ausência de dominação na presença de outras pessoas, e não a ausência de dominação obtida através do isolamento. (...) Na forma romana de expressar a ideia: liberdade é civil (*libertas is civitas*), se distinguindo da liberdade natural obtida pela ausência de socialização. (...) É um ideal social cuja realização pressupõe a presença de uma quantidade numerosa de agentes que interagem mutuamente.<sup>58</sup>

Parece natural que todos sejam contra a dominação, tal como ela acaba de ser conceituada. No entanto, não é tão natural considerar que a ausência de dominação seja equivalente à presença de liberdade, tal como defendido pela tradição republicana, e sim que seja apenas um dos requisitos para se atingí-la. Pettit defende que “quase todos irão concordar que a liberdade pode ser razoavelmente descrita como a condição na qual eu posso evitar o controle alheio”<sup>59</sup>, e critica a liberdade vista como a simples ausência de interferência da seguinte forma:

A visão de que liberdade é equivalente à ausência de interferência deriva da presunção de que o controle alheio se faz presente apenas quando há efetiva interferência, como quando o dominador recorre efetivamente à força coercitiva ou à manipulação do dominado. Porém, esta presunção é falsa. Eu posso estar sujeito ao controle alheio sem uma efetiva interferência à minha pessoa, e se eu pensar que esta ausência de interferência significa a presença de liberdade, estarei me iludindo.<sup>60</sup>

Pettit enfatiza que a presença de interferência não se traduz necessariamente em ausência de liberdade. A interferência não arbitrária é, inclusive, uma ferramenta que auxilia na manutenção da liberdade e da não-dominação. Se um agente público interfere nas escolhas de um cidadão, contra os interesses pessoais desse cidadão, mas o faz seguindo regras pré-determinadas pelo interesse coletivo, estando sujeito a fiscalização de seus atos para que os mesmos não sejam executados de forma discricionária e sendo, inclusive, sujeito a sanções caso aja desta forma, esta atuação estará de fato protegendo a liberdade da coletividade contra os interesses individuais de uma minoria. É uma interferência que não se perfaz através da dominação e sim da representação do corpo coletivo pelos agentes públicos.

---

<sup>58</sup> Ibid. p. 66

<sup>59</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 35 (tradução livre)

<sup>60</sup> Ibid., p.35-36



O agente em questão pode não ter qualquer discricionariedade no tratamento com a pessoa afetada, de tal forma que sua interferência deve ser realizada seguindo não o seu livre arbítrio, e sim as condições constitucionalmente determinadas para seu exercício. Mesmo que haja alguma margem para discricionariedade, como um juiz de direito ao proferir sentenças, o exercício dessa discricionariedade deve estar sujeito a apelação e revisão, de modo a ser sancionado em caso de desvio de conduta.<sup>61</sup>

### 3.3 COMO ALCANÇAR O ESTADO DE NÃO-DOMINAÇÃO?

Para se atingir o estado de não-dominação, onde pessoas possam conviver com as outras sem que nenhuma delas tenha poder arbitrário sobre nenhuma outra, Pettit cita duas estratégias as quais se pode inicialmente pensar. A primeira é a estratégia do *poder recíproco*, dentro da qual se propõe forçar uma equalização dos recursos do dominante e do dominado, de tal forma que quem estiver sendo ameaçado de dominação possa se defender para impedir que tal condição se perfaça. Ou, no caso em que haja interferência por uma das partes, possa haver punição no sentido oposto. Deste modo, Ninguém estaria sujeito à permanente possibilidade de interferência arbitrária de outrem.

A estratégia do poder recíproco, segundo Pettit, se mostra ineficaz, já que o impedimento e a punição são também formas de interferência, e as relações entrariam num ciclo vicioso de interferências não consensuais mútuas. Ao fim, ter-se-ia como resultado um estado de não liberdade: “Na versão não-ideal dessa estratégia, interferência arbitrária e dominação podem até ser reduzidas, mas nunca serão eliminadas.”<sup>62</sup>

A segunda estratégia citada pelo autor para se atingir o estado de não dominação é a da *provisão constitucional* que, por conseguinte, é defendida como a solução permanente para a questão. Através desta estratégia, a dominação é eliminada não ao permitir que as partes se defendam das interferências arbitrárias, e sim ao introduzir uma autoridade externa à situação. Esta autoridade destituiria o poder de interferência e punição dos indivíduos ao tomá-lo para

---

<sup>61</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford University Press, 2010. p. 65 (tradução livre)

<sup>62</sup> Ibid. p. 67

si, sem, no entanto, constituir-se em um elemento dominador, pois segue regras bem definidas e pré-estabelecidas pelos ideais dos próprios cidadãos, buscando o bem comum.

Os agentes do Estado interferem sistematicamente nas vidas das pessoas: eles coagem o povo como um todo impondo leis comuns a todos, e coagem os diferentes indivíduos da população ao administrarem as leis e aplicarem sanções legais. Se a interferência que o Estado pratica através destes meios tiver margem para a arbitrariedade, então ele próprio será um fonte de não liberdade. (...) Como organizar o Estado para que suas interferências envolvam pouca ou nenhuma arbitrariedade?<sup>63</sup>

Pettit defende que há três condições de contorno principais para que o poder emanado de um Estado constitucional fuja da interferência arbitrária e, portanto, da dominação pelo próprio Estado. Eles chama estas três condições de: *império de leis*, *dispersão de poder* e *resistência à maioria*.<sup>64</sup>

Na condição que denomina “império de leis”, a ideia é que uma sociedade seja governada por regras e não por pessoas. Os agentes estatais personificados são apenas ferramentas de cumprimento da lei, e não devem possuir poder ou discricionariedade sobre seus atos em nome do Estado. As ações dos indivíduos que representam a administração pública são limitadas, fiscalizadas e, em caso de descumprimentos das limitações legais, sancionadas. Nas situações em que não seja possível uma total falta de discricionariedade, esta deve ser ao menos reduzida a um mínimo e sempre sujeita à fiscalização e sanção.

Pettit sustenta que um eficaz emprego da condição “império de leis” pressupõe o cumprimento de dois aspectos: “o primeiro prevê que as leis devem ter um certo formato: generalistas (aplicam-se a todos, inclusive os legisladores); promulgadas e tornadas públicas de forma antecipada à sua aplicação; inteligíveis, consistentes, não sujeitas à modificação frequente, etc.”<sup>65</sup> O segundo aspecto é que o governo, ao atuar sobre os cidadãos sobre um assunto ainda não regulado, deve sempre preferencialmente utilizar a via de promulgação de novas leis, que atuarão somente daquele momento para a frente, devendo minimizar a atuação particular ou específica que não esteja balizada em alguma lei prévia.

---

<sup>63</sup> Ibid. p.171

<sup>64</sup> Ibid. p. 173

<sup>65</sup> Ibid. p.174

A condição denominada “dispersão de poder” está associada à ideia montesquiana de que um sistema de governo constitucional tenha os seus poderes dispersos entre diferentes órgãos e agentes:

Onde há lei, há também diferentes funções a serem cumpridas. (...) Há a função de fazer a lei, de executar ou administrar a lei, e de adjudicar os casos controversos nos quais a lei deve ser aplicada. A *dispersão de poder* requer que estas funções sejam bem separadas. (...) A consolidação destas funções na mão de um único indivíduo ou grupo permitiria um maior manejo de poder arbitrário sobre os outros, ampliaria a possibilidade de um grupo brincar com a lei de forma irrestrita<sup>66</sup>

A terceira e última condição é a resistência à maioria, na qual Pettit defende que, para que um sistema de governo seja o menos possível manipulável por vontades arbitrárias, ele deve, além de respeitar as duas condições anteriores, assegurar que as leis (do império) não estejam sujeitas a mudanças excessivamente fáceis pelo grupo majoritário. É claro que as leis devem estar sujeitas a alterações, mas ao menos as mais importantes do ponto de vista da não dominação “não devem ser fáceis de mudar, devem requerer mais que o simples apoio da maioria do parlamento, ou mesmo da população.”<sup>67</sup>

Apesar desta terceira condição, o republicanismo cívico de Pettit defende a democracia contestatória, em que as ações do governo sempre possam ser contestadas pelos cidadãos: “uma estrutura na qual as políticas públicas sejam motivadas por preocupações comuns dos cidadãos, mas que, além disso, existam meios disponíveis e legais onde os cidadãos possam contestá-las.”<sup>68</sup> Em um primeiro momento a ideia de democracia contestatória pode parecer conflituosa com a condição da resistência à maioria, mas se entendermos que a primeira defende que haja a possibilidade de efetiva contestação, enquanto a última sugere apenas que não seja qualquer contestação que faça mudar as leis, esta suposta incompatibilidade deixa de ser válida.

Pettit defende que, em uma sociedade em que o estado de não-dominação esteja pulverizado em todas as relações humanas, os indivíduos são capazes de “olhar uns aos outros

---

<sup>66</sup> Ibid. p.177

<sup>67</sup> Ibid. p.181

<sup>68</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 63 (tradução livre)

nos olhos sem medo de retaliação alheia arbitrária”<sup>69</sup>. Este é o chamado “teste do olho” (*eye test*, que poderia ser traduzido de forma mais coerente como “teste do olhar”), em que uma relação de não dominação entre dois indivíduos pode ser considerada plena quando ambos podem olhar fixamente nos olhos um do outro, sem que nenhum sinta medo de que o outro possa interferir em sua vida, ou seja, um não se sente submisso à dominação do outro. Se o teste do olhar é bem-sucedido entre todos os cidadãos, o estado de não-dominação seria então atingido.

### 3.4 O ESTADO ATUAL E AS DIFICULDADES EM ATINGIR O IDEAL REPUBLICANO

O diagnóstico social de Pettit se concentra na situação em que os dominados estão conscientes do controle exercido por outros em suas vidas e, conseqüentemente, adotam uma postura servil associada à intimidação. Atitudes comuns desta postura são, por exemplo, censurar os seus pares das opções que os poderosos podem desgostar, ou se filiarem aos poderosos para tornar suas próprias opções mais atraentes. É a percepção de que os dominados se submetem aos poderosos para persuadi-los a inclinar o poder deles a seu favor.

A visão ideal republicana é, no entanto, de que as pessoas livres podem expressar suas opiniões, andar tranquilas entre seus companheiros, e olhar os outros diretamente no olho. Eles podem manter o respeito daqueles com quem não concordam, não sendo sujeitos à sua interferência arbitrária.

Ao se observar um contraste tão grande entre o diagnóstico real e o plano ideal, as exigências na aplicabilidade de uma teoria como a do republicanismo cívico ficam claras. Pettit ressalta que a visão de liberdade como não-interferência defendida pelo liberalismo encontra maior facilidade de aplicação tendo em vista sua maior objetividade em estabelecer políticas públicas que reduzem a possibilidade de interferência. A dominação, por seu caráter subjetivo, encontraria maiores desafios.

---

<sup>69</sup> PETTIT, Philip. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford University Press, 2010. p.71 (tradução livre)

O autor indica duas principais preocupações na hipótese de se estabelecer a sua tradição republicana: “Uma é a preocupação com o perigo representado pelo poder privado dos outros, *dominium*, e a outra, uma preocupação com o perigo representado pelo poder público do estado, *imperium*.”<sup>70</sup>

A primeira preocupação impõe a dificuldade que um governo teria em estabelecer uma ordem social onde seus cidadãos estariam protegidos do poder arbitrário de outros cidadãos, de indivíduos estrangeiros àquela sociedade, ou de qualquer grupo ou associação de indivíduos que se tenha formado naquela sociedade. A segunda preocupação é que este aparato estatal seja constituído de tal forma que os cidadãos não fiquem sujeitos a um poder arbitrário do próprio Estado. O Estado deve ser controlado pelos cidadãos e não o contrário. Pettit ressalta as exigências da filosofia política republicana criticando a visão simplificada, falaciosa, e elitista da liberdade como não-interferência:

Essas duas preocupações significam que o republicanismo é uma filosofia política exigente - e particularmente exigente uma vez que a cidadania não se restringe a uma elite. A filosofia é socialmente radical na medida em que deve utilizar de todos os meios para estabelecer uma ordem social na qual os cidadãos possam desfrutar da independência e escapar da sujeição ao poder arbitrário dos outros. E é politicamente radical na medida em que garante que as intervenções coercivas do Estado - as intervenções envolvidas na imposição de leis e impostos - não irão tirar a liberdade das pessoas, se estiverem sujeitas a controles que tornem estas intervenções não arbitrárias e não dominantes.<sup>71</sup>

A ideia é de que as intervenções do Estado podem restringir o exercício da liberdade da mesma maneira que os obstáculos naturais o fariam, e por isso há motivos para se justificar a ação do Estado que, se for devidamente fiscalizada, não dominará a cidadania. Por mais que estas ações sejam restritivas da escolha individual, serão as intervenções de uma agência que as pessoas controlam, e não as imposições de um “mestre não controlado”. Assim, a abordagem sugere um exigente projeto constitucional-democrático de buscar as restrições pelas quais o Estado possa ser menos arbitrário e dominador. Pettit segue com sua crítica ao liberalismo:

---

<sup>70</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 48 (tradução livre)

<sup>71</sup> Ibid. p. 49

As implicações de uma filosofia republicana ou civilista diferem drasticamente nesses dois aspectos das implicações de uma filosofia libertária em que o único valor é reconhecido da liberdade como não interferência. Libertarianismo - liberalismo de direita - é conservador e não radical nas frentes sociais e políticas. O conservadorismo social deriva da falácia da interferência incorporada na equação entre liberdade e não interferência.<sup>72</sup>

Desta forma, os libertários seriam socialmente conservadores na medida em que buscam uma ordem social em que pessoas não sofrerem interferência ativa nos domínios básicos da escolha humana é condição suficiente para garantir a liberdade. Por este princípio da interferência, inclusive, a interferência ativa seria a única ameaça à liberdade. A visão republicana critica, portanto, que a abordagem libertária não fornece um terreno sólido para se preocupar com quaisquer desequilíbrios de poder que permitam que algumas pessoas controlem outras, enquanto estes desequilíbrios não resultarem em interferência ativa.

Os libertários também seriam politicamente conservadores na medida em que não reconhecem nenhuma diferença entre a interferência do Estado na vida das pessoas e a interferência de criminosos, pois, pelo princípio de interferência, cada intervenção sempre reduz a liberdade dos afetados. Uma vez que o Estado é inevitavelmente uma fonte de interferência - como na legislação coercitiva, tributária e penal - ele seria portanto essencialmente oposto à liberdade, pois mesmo quando atua para evitar interferências, é por interferência.<sup>73</sup>

Assim, na visão do autor, as dificuldades encontradas no estabelecimento da tradição republicana em uma sociedade real são esperadas, uma vez que o comportamento humano perante a dominação exige um esforço não natural para realizar uma mudança de postura, e um sistema que possibilite esta mudança é seguramente mais complexo do que um sistema que busca conservar o *status quo*. O conservadorismo liberal se apresenta como neutro, em sua tese falaciosa da liberdade como não-interferência, mas favorece sempre as classes dominantes sob o discurso de que a sua aplicação real é mais plausível, sem ser ao mesmo tempo injusta.

---

<sup>72</sup> Ibid. p. 49-50

<sup>73</sup> Ibid. p. 50

### 3.5 CRÍTICAS À OPOSIÇÃO DE PETTIT AO LIBERALISMO

Apesar das extensas críticas de Pettit à tradição liberal, alguns autores defendem que a liberdade como não-dominação não é uma ideia tão distante - e muito menos oposta - à filosofia política liberal proposta por John Rawls. De fato, ambos os autores partem de premissas diferentes e desenvolvem estruturas ideológicas essencialmente diferentes, mas há algumas interseções de ideias que torna inevitável realizar comparações.

Richardson (2006) afirma que “eu e outros continuamos convencidos de que o republicanismo em seu primor estará integrado com o liberalismo igualitário.” Deste modo, ele continua: “não parece haver qualquer incompatibilidade fundamental entre o liberalismo de Rawls e o republicanismo de Pettit”.<sup>74</sup> Por esta perspectiva, a liberdade como não dominação não seria uma antítese à liberdade como não interferência, e poderia ser vista como um aprimoramento da mesma. Ou seja, a evolução do pensamento liberal poderia atingir a mesma conclusão de Pettit sem alterar a sua essência.

O autor Charles Larmore escreve um artigo chamado “Uma crítica ao Republicanismo de Philip Pettit” (2001) especificamente para apontar críticas à tese do republicanismo cívico até aqui exposta. Para o autor, os principais argumentos de Pettit em defesa da liberdade como não dominação têm pontos correspondentes com princípios da tradição liberal:

Acho essa linha de argumentação [do republicanismo de Pettit] equivocada por duas razões importantes. Em primeiro lugar, não é correto supor que a tradição liberal mostra uma fidelidade monolítica à noção de liberdade como não-interferência. A evidência que Pettit adota para defender essa tese interpretativa não é convincente. Mas, além disso, a exposição que ele continua a dar de sua teoria republicana realmente não faz da não-dominação o supremo valor político, e o caráter desse fracasso é bastante significativo. Ele, de fato, se encontra obrigado a apelar a princípios reconhecidamente liberais para definir o conteúdo preciso de sua concepção republicana de liberdade. No final, Pettit pertence à própria tradição liberal que ele imagina ter transcendido.<sup>75</sup>

<sup>74</sup> RICHARDSON, Henry. *Republicanism and democratic injustice*. Politics, Philosophy & Economics, Georgetown, v. 5, n. 2, p. 175-200, 2006. p.180 (tradução livre)

<sup>75</sup> LARMORE, Charles. *A critique of Philip Pettit's republicanism*. Noûs, Oxford, v. 35, p. 229-243, 2001. p. 234 (tradução livre)

Assim, o autor defende a sua posição sob a fundamentação de dois principais argumentos. No primeiro, no qual defende que nem todo o liberalismo sustenta o mesmo ideal de liberdade recusado por Pettit, ele exemplifica Locke como um pensador da tradição liberal que não adota o conceito de liberdade como não interferência:

John Locke, um dos fundadores da tradição liberal, claramente não equiparou a liberdade com a ausência de restrições. Distinguindo especificamente a “liberdade” da “licença”, ele insistiu no papel desempenhado pela lei na própria constituição da liberdade - que é um corolário da preocupação republicana com a não-dominação. (...) Pettit trata deste problema colocando Locke entre os republicanos. Mas esta é uma medida desesperada.<sup>76</sup>

Na busca por uma distinção entre a liberdade como não interferência e a liberdade como não dominação, afirma-se que a liberdade republicana pressupõe um regime de leis, enquanto a versão liberal encararia a lei como uma limitação (embora necessária) da liberdade. Por este aspecto, Locke, que insiste no papel da lei na formação da liberdade, mas cujos pensamentos remetem historicamente à tradição liberal, poderia ser classificado como republicano?

Ainda criticando a visão unicista atribuída por Pettit à tradição liberal, Larmore cita Benjamin Constant com uma expressão muito semelhante à republicana de liberdade como ausência de dominação: “É direito dos indivíduos estarem sujeitos apenas às leis, de modo que uma pessoa não pode ser presa, detida, executada ou maltratada de qualquer maneira em virtude da vontade arbitrária de um ou mais indivíduos”<sup>77</sup> O trecho parece, inclusive, ser escrito pelo próprio Pettit. Larmore não pretende com isso afirmar que Constant é um precursor da ideia da liberdade como não dominação; na verdade a sua busca é por demonstrar que a tradição liberal não é, ela toda, uma coisa só.

O segundo argumento é de que o ideal de liberdade como não dominação e a visão de governo não arbitrário na teoria de Pettit têm identificação com princípios liberais, como os de Rawls:

Muitas das coisas que Rawls veio a dizer sobre a liberdade política mostram uma afinidade com a convicção republicana de que a liberdade consiste na ausência de

---

<sup>76</sup> Ibid. p. 235

<sup>77</sup> CONSTANT apud LARMORE, 2001, p. 236 (tradução livre)



dominação. A liberdade a qual ele fez o objeto de seu primeiro princípio da justiça conta como um valor apenas na medida em que incorpora uma liberdade igual para todos: um esquema de liberdades básicas que cada pessoa desfruta de um esquema similar para todos os outros. Por que então considerar a igualdade como essencial para a liberdade? Fosse a não-interferência a única preocupação, então os cidadãos não deveriam se preocupar com algumas pessoas que tenham um conjunto mais extenso de liberdades básicas do que as suas, desde que elas próprias possam perseguir seus objetivos individuais. Se a liberdade igual for o princípio primordial, deve-se dizer que as pessoas devem ser livres, não apenas por interferências indevidas dos outros, mas também pela influência injusta ou pelo domínio dos outros, quando questões tão fundamentais quanto a consciência religiosa, a associação e a voz política estão em jogo.<sup>78</sup>

Na realidade, Larmore acredita que o verdadeiro triunfo de Pettit foi ter analisado de modo sistemático as diferenças entre as duas concepções negativas de liberdade. Este estudo permitiria ampliar a noção liberal de liberdade e fazer a análise crítica dos seus princípios. Para Larmore, Pettit deveria ter apresentado sua teoria nestes termos, e não como uma oposição ao liberalismo:

Ele é o primeiro a analisar de forma sistemática a diferença entre estas duas concepções. Seu trabalho nos colocou em posição de apreciar algumas das obscuridades cruciais e desentendimentos em torno da noção de liberdade na tradição liberal. Tendo percebido as preocupações distintas que sustentam o ideal republicano de não viver à mercê da vontade de outro, podemos agora nos dedicar a uma articulação mais cuidadosa dos princípios liberais. Pettit teria feito melhor se apresentasse sua própria teoria de governo com este espírito.<sup>79</sup>

Pettit se defende destas críticas dizendo que a sobreposição entre o liberalismo e o republicanismo tem sido algumas vezes considerada como uma objeção ao projeto do neo-republicanismo, porém o fato de que duas políticas convergem desta maneira não deveria ser surpresa: “Diferentes axiomas podem sustentar os mesmos teoremas.”<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> Ibid. p.239

<sup>79</sup> Ibid. p.237

<sup>80</sup> PETTIT, Philip, LOVETT, Frank. Neorepublicanism: a normative and Institutional research program. Annual Review political science. v. 12, p.11-29. 2009. p.18 (tradução livre)

Esta sobreposição não diminuiria os atrativos do neo-republicanismo, pois este teria “a vantagem óbvia de trabalhar a partir de um único valor principal”, o valor da liberdade como não dominação, e este valor poderia ser invocado “não apenas em defesa de políticas públicas específicas mas também em apoio a desenhos constitucionais de democracia institucional.”<sup>81</sup>

Pettit poderia desenvolver essa defesa ainda mais: se sua teoria é capaz de mostrar que autores como Rawls estão certos em suas conclusões, e a teoria faz isso usando apenas o valor *liberdade*, então a teoria passa a ter maior poder retórico no debate contra os liberais conservadores, que gostam de dizer que seus oponentes sacrificam/limitam a liberdade pelo bem da igualdade. Pettit poderia dizer: a minha teoria mostra que os conservadores estão errados valendo-se apenas do valor *liberdade*, sem fazer concessões a qualquer outro valor independente.

Assim, ainda que haja controvérsias sobre o ideal republicano defendido por Pettit, os seus estudos foram muito importantes para criar uma contraposição, ainda que não totalmente oposta, à ideia de liberdade que foi estabelecida pelo pensamento liberal. Alguns pontos-chaves do republicanismo cívico que podem ser observados deste capítulo são: 1) o republicanismo cívico tem seu fundamento central na ideia de liberdade como não dominação; 2) a aplicação concreta do republicanismo cívico exige maior esforço e responsabilidade dos cidadãos e agentes do estado para funcionar em termos reais; 3) estratégias para aplicação do republicanismo envolvem necessariamente um sistema forte de formulação e aplicação das leis, com necessária participação popular; 4) apesar de se apresentar como uma teoria oposta ao liberalismo, alguns aspectos das duas teorias não estão tão distantes assim.

No próximo capítulo, iremos analisar como o republicanismo cívico de Pettit influenciou diretamente no projeto de governo de Zapatero, na Espanha. É uma das poucas oportunidades de se avaliar uma teoria política ideal sendo aplicada com todos os obstáculos do mundo real, e muitas importantes lições podem ser retiradas desta experiência.

---

<sup>81</sup> Ibid. p.18

#### 4 A TEORIA NA PRÁTICA: O GOVERNO REPUBLICANO DE ZAPATERO.

Não é comum encontrarmos muitos exemplos práticos de aplicações das teorias políticas ideais, habitualmente formuladas em meio estritamente acadêmico. De fato, o mais comum é observarmos muitos estudos sobre política e como devemos nos governar, mas poucos políticos que de fato utilizam destes estudos para basearem o seu plano de governo. É inclusive estranho pensar que, no ramo da ciência política, os estudos são muitas vezes ignorados, considerando que em todas as demais ciências são justamente as pesquisas acadêmicas que alavancam o desenvolvimento.

Não obstante, a teoria republicana idealizada por Pettit foi abertamente endossada pelo plano de governo do primeiro ministro José Luis Rodríguez Zapatero, desde sua campanha para se eleger como chefe de Governo da Espanha até a sua efetiva liderança do país. Não é um exemplo muito comum de uma teoria política sendo colocada em prática, e por este motivo merece uma análise especial neste trabalho de fim de curso.

Neste capítulo<sup>82</sup> iremos fazer um breve resumo de como se deu a ascensão de Zapatero, analisar a perspectiva do próprio Pettit em relação ao governo que se promoveu com base em sua teoria, levando em consideração as ações promovidas pelo primeiro ministro em nome dos ideais republicanos, e em especial a defesa da liberdade como não-dominação.

##### 4.1 CONTEXTO POLÍTICO DA ASCENÇÃO DE ZAPATERO

A Espanha vinha de um mandato de 14 anos de Gonzalez (1982-1996), líder de esquerda do PSOE (partido trabalhista). Apesar de um longo período de grande aceitação popular, o fim da era Gonzalez foi marcado por escândalos de corrupção, envolvimento com grupos terroristas, e privatizações polêmicas. Nesta perspectiva, foi eleito um candidato do partido de direita, Aznar, que baseava sua ideologia política em duas correntes: liberalismo e conservadorismo católico.<sup>83</sup> Aznar se manteve no poder de 1996 a 2004.

---

<sup>82</sup> Grande parte do conteúdo esposado neste capítulo é baseado no relato de Pettit exposto no capítulo 3 do livro: MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012.

<sup>83</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 5 (tradução livre)

Em paralelo, a Europa vivia um contexto político de muitos líderes sociais-democratas se tornando chefes de governo de países de alta importância política. Para citar alguns, Tony Blair na Inglaterra e Lionel Jospin na França em 1997, e Gerhard Shroeder na Alemanha em 1998. Todos se encontraram em uma posição de introduzir uma nova visão de democracia social em um mundo dominado pelo neoliberalismo.

Zapatero surge então na Espanha, com um discurso fundamentalmente baseado em democracia participativa / deliberativa e liberdade, ao contrário do discurso baseado em igualdade mais usual entre políticos da esquerda. Zapatero declarava abertamente que se inspirava na filosofia política do republicanismo cívico, mais especificamente nas ideias do filósofo político Philip Pettit, com quem se reuniu em duas oportunidades para discutir como seus ideais poderiam ser aplicados na prática. De fato, muitas das políticas empregadas futuramente por Zapatero tiveram sua base na filosofia política de Pettit. Martí (2012) ressalta que “esta é a primeira vez na história recente, a meu conhecimento, de que qualquer líder político abraçou inequivocamente o republicanismo cívico.”<sup>84</sup>

Segundo Zapatero, a liberdade está intimamente ligada não apenas à igualdade, mas também à democracia e ao empoderamento da cidadania. Ter ‘bons padrões democráticos’, para ele, é ter ‘bons padrões de liberdade em qualquer lugar da comunidade’, dar liberdade às mulheres, àqueles que ‘não compartilham a orientação sexual da maioria’, e assim em diante.<sup>85</sup>

Zapatero exerceu a liderança da Espanha entre 2004 e 2011, propondo que sua população internalizasse os ideais de cidadania, participação política e responsabilidade, para que através de uma mudança lenta temperada baseada em democracia participativa e liberdade pudesse renovar a democracia social de seu país.

#### 4.2 COMO SERIA UM GOVERNO REAL SOB A ÉGIDE DOS PRINCÍPIOS REPUBLICANOS?

---

<sup>84</sup> Ibid. p.1

<sup>85</sup> Ibid. p.13-14

Conforme explicado no capítulo anterior, a liberdade como não-dominação é defendida como principal princípio do republicanismo cívico, e ausência de dominação deve ser buscada através de duas vertentes. A primeira é a luta contra a dominação entre os próprios particulares, denominada de *dominium*. A segunda é o impedimento da dominação do ente estatal sobre seus cidadãos, chamada de *imperium*. A análise que Pettit faz do governo de Zapatero é sobre estas duas esferas de dominação.

Para proteger os cidadãos do domínio de outros indivíduos ou grupos de indivíduos (*dominium*), o Estado deverá: 1) assegurar uma infraestrutura econômica e legal de não-dominação; 2) prover o empoderamento das classes mais vulneráveis à dominação; 3) garantir aos cidadãos proteção contra a criminalidade, a corrupção, e o terrorismo; 4) tomar medidas, dentro do possível/viável, para restringir aqueles indivíduos ou grupos que são relativamente poderosos.<sup>86</sup>

Já em termos de proteção contra o próprio poder público (*imperium*), Pettit ressalta:

O modo tradicional de proteger contra a dominação pública já estava bem definido em fontes republicanas clássicas. Consiste em sujeitar aqueles no governo a um conjunto de restrições, a maioria associada ao que os republicanos romanos e renascentistas chamaram de constituição mista. Sob este tipo de constituição, haveria um grande número de órgãos e agentes públicos - alguns envolveriam o povo agindo como um todo, alguns elegeriam funcionários habilitados, alguns dariam o poder até a autoridades hereditárias. Esses funcionários e órgãos deveriam se restringir mutuamente, de modo que qualquer legislação ou política que gerasse desafios a todos os lados estaria mais ou menos refletindo o que se pensa como o bem comum. A ideia seria que, se uma medida provasse defendível para vários setores da sociedade, não constituiria o exercício de um poder descontrolado de dominação em suas vidas.

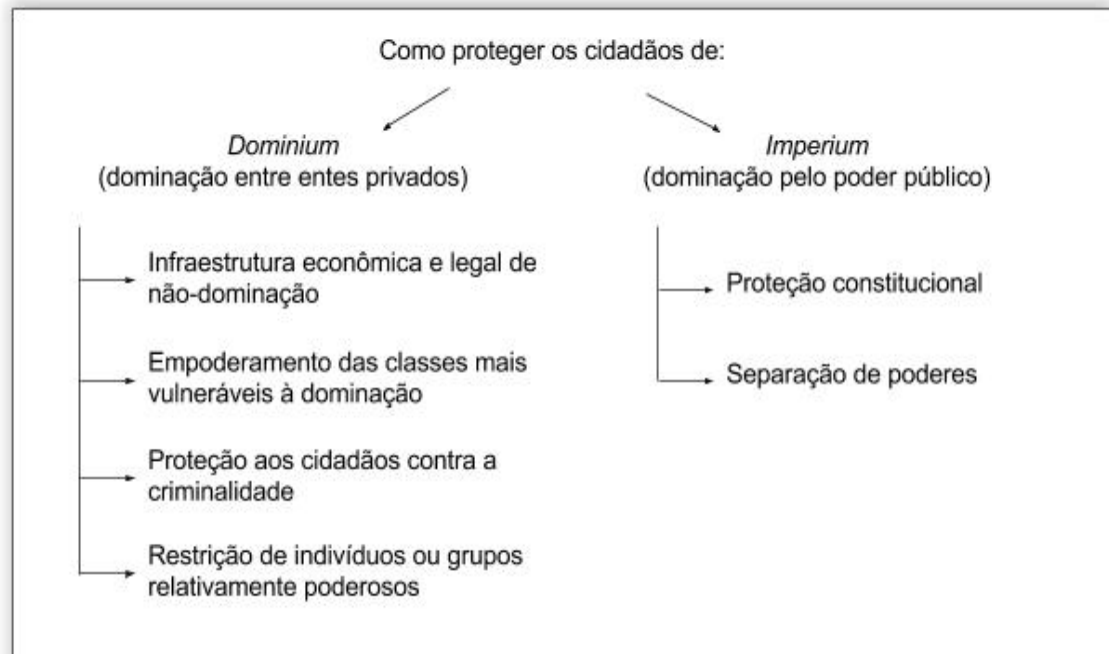
Por luzes republicanas, então, todos seriam capazes de ver o Estado como uma fonte necessária mas não dominadora de restrição e coordenação. Eles não veriam a mão de um mestra não controlado e arbitrário nas ações do governo. Eles veriam nesses feitos uma mão que foi forçada a tratá-los como dignos de igual respeito com os outros.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Ibid. p.75

<sup>87</sup> Ibid. p.86

A **Figura 5** mostra, portanto, um esquema de como seriam os principais aspectos a serem levados em consideração em um governo que garanta que seus cidadãos vivam livres de dominação.



**Figura 5** - Proteção contra *Dominium* e *Imperium*

#### 4.3 ANÁLISE DE PETTIT EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE ZAPATERO E O REPUBLICANISMO CÍVICO

Em contrapartida ao líder espanhol endossar abertamente à sua teoria política, Pettit redigiu uma resposta com suas observações particulares em relação ao referido governo. Esta análise se deu em 2009/2010, quase ao fim do segundo mandato de Zapatero, que se encerrou em 2011. Ele afirma que Zapatero “está alinhado com uma longa tradição europeia de pensamento republicano e de valorização da cidadania”<sup>88</sup>, acreditando ser possível esta tradição ser utilizada em formulações contemporâneas de governo.

Pettit faz três ressalvas preliminares em relação à sua análise. Primeiramente, deixa claro que não é amigo pessoal de Zapatero e nem que possui qualquer laço afetivo com o mesmo, tendo apenas o visto pessoalmente em duas oportunidades e que todo o conteúdo de

<sup>88</sup> Ibid. p.69

sua análise foi obtido por conta própria, sem ajuda do chefe de governo. Em segundo lugar, afirma que sua análise é do ponto de vista puramente filosófico, verificando se as práticas de Zapatero se enquadram com os princípios republicanos, sem avaliar se estas ações eram de fato as mais adequadas em termos práticos para as peculiaridades reais do governo. Como terceira ressalva, afirma que um governo como o da Espanha não depende apenas das intenções de um governante, sendo ele dependente de diversos outros agentes como os líderes das comunidades autônomas, o parlamento, ministros, etc. Desta forma, sua análise abrange o governo como um todo, que não significa apenas as ações oriundas da vontade de Zapatero.<sup>89</sup>

Além destas ressalvas, Pettit limita o escopo de sua revisão a somente os aspectos domésticos do governo de Zapatero, não abrangendo as iniciativas internacionais realizadas neste período. Apesar disso, aplaude brevemente algumas conquistas internacionais obtidas no período, como os laços fortalecidos entre a Espanha e América Latina, as tentativas de resolver o problema dos refugiados na Europa, e o aumento em 25% do nível de ajuda externa da Espanha aos países mais necessitados pelo mundo.<sup>90</sup>

Pettit inicia sua revisão avaliando as políticas de Zapatero em termos da proteção dos cidadãos contra o *dominium*. Em relação ao primeiro critério, da infraestrutura legal e econômica, ele separa sua análise em cinco grandes áreas onde esta infraestrutura deve estar em consonância com o princípio da não-dominação: economia próspera; sistema de leis confiável; sistema inclusivo de educação; sistema eficaz de saúde; e meio ambiente sustentável.<sup>91</sup>

Em termos econômicos, Pettit ressalta que algumas estatísticas advogam em favor da Espanha de Zapatero, como o crescimento do PIB e as contínuas reduções nas taxas de desemprego durante os anos da administração de Zapatero. No entanto, chama a atenção para o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento como um “ponto negativo que não pode ser ignorado”<sup>92</sup>. Tanto a taxa de crescimento econômico quanto o desemprego foram severamente prejudicados a partir de 2008 devido à crise econômica mundial, mas o período imediatamente anterior à crise pode ser visto como um sucesso da estratégia republicana. O

---

<sup>89</sup> Ibid. p.70

<sup>90</sup> Ibid. p.71

<sup>91</sup> Ibid. p.75

<sup>92</sup> Ibid. p.76

gráfico da **Figura 6** mostra a taxa de desemprego na Espanha, em comparação com a média da União Europeia. Nota-se o avanço a partir de 2004, quando Zapatero assume o governo, até o período imediatamente anterior à crise de 2008, sendo inclusive o único período no passado recente em que a Espanha conseguiu competir com a média da União Europeia (EU) neste quesito.



Figura 6 - Taxa de Desemprego na Espanha e na UE<sup>93</sup>

Em relação à eficiência de seu sistema jurídico, a Espanha, apesar de defender o direito ao acesso à justiça (corroborando o princípio de que ninguém deve ser impedido de utilizar a justiça por falta de recursos econômicos), esbarra no problema comum da morosidade e congestionamento de processos no judiciário. Durante o governo de Aznar e posteriormente continuado por Zapatero, a Espanha se empenhou em melhorar a eficiência do judiciário, aumentando o número de juízes e promotores, e dando maior foco à fiscalização dos procedimentos judiciais.

O sistema educacional da Espanha, por outro lado, não apresenta índices favoráveis. Em todos os indicadores estudados pela OECD (*Organization for Economic Cooperation and*

<sup>93</sup> Fonte: Eurostat – disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/lfs/statistics-illustrated> (acessado em 07/11/2017)



*Development*), a Espanha fica abaixo da média dos países que participam da organização<sup>94</sup>. Mesmo com o aumento de investimento no setor de educação, o governo Zapatero não foi bem sucedido em melhorar esta área. Segundo Pettit, “é essencial para o amplo gozo da não-dominação que os cidadãos entendam sobre sua sociedade e política, e que tenham conhecimento necessário para uma vida plena e comprometida. Isto depende, em última análise, de quão bem o sistema educacional funciona.”<sup>95</sup>

O quarto elemento essencial da infra-estrutura de não-dominação apontado por Pettit é a saúde pública. Neste quesito, a Espanha de Zapatero também não deu seu principal foco, com exceção da ajuda aos incapacitados (como será novamente apontado adiante). No entanto, os cidadãos espanhóis apresentam excelentes indicadores de saúde, sendo um dos países com maior expectativa de vida. Isto se deve a um sistema público de saúde já funcional e aos bons hábitos alimentares da população. Como outros países na Europa, a Espanha também aprovou uma lei que restringe o uso de tabaco em espaços públicos, o que reduziu o número de fumantes no país.<sup>96</sup>

O último elemento trazido por Pettit como fundamental para uma infra-estrutura de não-dominação é a sustentabilidade do meio ambiente. O aquecimento global tem afetado países em todo o mundo e a Espanha não é exceção, tendo sofrido secas severas nos últimos anos. No entanto, o país atende todos os requisitos do Protocolo de Kyoto, e tem se concentrado em transformar a sua matriz energética para se basear em energias mais renováveis e menos poluentes, sendo um dos líderes mundiais em produção de energia eólica. De fato, em 2013, o país era o quarto maior produtor do mundo de energia proveniente dos ventos<sup>97</sup>, ficando atrás apenas dos EUA, China e Alemanha, todos com população largamente superior. Grande parte do aumento da capacidade se deu no período de governo de Zapatero, em que esta capacidade praticamente duplicou (em 2006, a capacidade instalada era de 11,416 MW, chegando a 21,166 MW em 2011, ao fim do governo de Zapatero).<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> Informação extraída de OECD – disponível em <https://data.oecd.org/education.htm> (acessado em 10/11/2017)

<sup>95</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 77 (tradução livre)

<sup>96</sup> Ibid. p.78

<sup>97</sup> WWEA: World Wind Energy Report 2013 - List of Countries and Regions using Wind Power in 2013. Disponível em [http://www.windea.org/webimages/WWEA\\_WWER2013\\_Countries.pdf](http://www.windea.org/webimages/WWEA_WWER2013_Countries.pdf) (acessado em 10/11/2017)

<sup>98</sup> Red Eléctrica de España. <http://www.ree.es/en/statistical-data-of-spanish-electrical-system/statistical-series/national-statistical-series> (acessado em 10/11/2017)

Além de uma infra-estrutura econômica e legal de não dominação, uma segunda forma de proteção dos cidadãos contra o *dominum* é o empoderamento das classes mais vulneráveis. Pettit descreve esta necessidade da seguinte forma:

Em todas as sociedades, haverá alguns indivíduos em posições de menor poder relativo. A menos que estes sejam levantados em relação aos poderosos, haverá dominação na sociedade, ainda que invisível ou silenciosa. Este poder é tradicionalmente perceptível dos homens sobre as mulheres, daqueles que estão no centro das tradições, sobre aqueles de escolhas minoritárias, de pessoas com capacidade mental ou física sobre pessoas com deficiência, dos empregadores sobre os funcionários e assim por diante. A menos que o governo faça algo para corrigir tais desigualdades de vantagem e poder, os mais fracos não serão capazes de ficar de pé com os mais fortes, olhando-os aos olhos como cidadãos de igual para igual.<sup>99</sup>

Este deve ser o aspecto de correlação ao republicanismo cívico cujo governo de Zapatero marcou maiores avanços. Ao aprovar diversas medidas que fortaleceram a luta pelos iguais direitos de parcelas menos poderosas da população, a estratégia de governo se aproxima indiscutivelmente dos princípios republicanos desenhados por Pettit. Entre os primeiros anos de mandato, quatro importantes leis foram editadas nesta esfera:

1 - Lei contra a violência de gênero (Janeiro/2005) - protege as mulheres contra a violência doméstica (equivalente à lei Maria da Penha no Brasil).

2 - Lei do casamento homossexual (Julho/2005) - permite pessoas do mesmo sexo a constituírem o casamento civil nos mesmos termos dos casais heterossexuais.

3 - Lei da dependência (Janeiro/2007) - dá assistência aos deficientes físicos e mentais e àqueles que dedicam suas vidas a ficar em casa para cuidar destas necessidades especiais.

4 - Lei da igualdade (Março/2007) - busca estabelecer iguais condições para homens e mulheres no mercado de trabalho e nos cargos públicos.

---

<sup>99</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 79 (tradução livre)

Além destas leis, outras medidas importantes foram tomadas para dar poder aos menos avantajados. Uma importante iniciativa foi a anistia dada aos imigrantes ilegais, que forneciam mão de obra ao país sem qualquer direito trabalhista resguardado e em total domínio da arbitrariedade de seus empregadores. Esta medida, além de reduzir a exploração da mão de obra, gerou ganhos aos cofres públicos através do maior recolhimento de impostos e taxas de seguridade social.<sup>100</sup>

Como terceiro elemento de proteção contra a dominação entre particulares, Pettit defende que os cidadãos devem estar protegidos de organizações criminosas e corrupção em geral:

De todas as formas de como o Estado deve agir, a proteção dos cidadãos contra os efeitos diretos e indiretos do crime é de primordial importância. Isto é particularmente verdadeiro sob uma abordagem cívica, uma vez que o crime envolve a assunção de uma posição de dominação sobre os outros. O crime direto de violência, roubo ou fraude torna as vítimas conscientes do controle exercido por outros em suas vidas, mas esse controle também é assumido e exercido por aqueles que cometem crimes de corrupção, onde as vítimas podem não estar cientes do dano eles sofrem.<sup>101</sup>

A Espanha é um dos países com mais baixo índice de criminalidade da Europa, em termos gerais (crimes comuns).<sup>102</sup> Porém, há crimes mais complexos que afetam o país, como tráfico de drogas, corrupção e terrorismo. O tráfico de drogas se deve à localização geográfica da Espanha que acaba servindo como uma ponte das substâncias ilegais provenientes da África e América Latina para os consumidores europeus. A corrupção é um problema histórico e que ainda não foi solucionado desde o pós franquismo. E o terrorismo é acentuado pelo movimento de liberação basca, comandado principalmente pelo grupo ETA.

Nestes aspectos, o governo de Zapatero não foi muito bem sucedido em apresentar melhorias. De fato, a Espanha continua sendo uma das principais passagens de drogas vindas do Marrocos (principal produtor de Cannabis do mundo), cuja separação por mar é de apenas

---

<sup>100</sup> Ibid. p.80

<sup>101</sup> Ibid. p.81

<sup>102</sup> Informações extraídas de Eurostat - <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/lfs/statistics-illustrated> (acessado em 10/11/2017)

14km. Reportagens recentes mostram como a guerra ao tráfico ainda é viva em 2017 e não apresenta tendências de melhorias num futuro próximo.<sup>103</sup>

Dos 3 maiores problemas citados, o terrorismo é o que parece ter alguma tentativa de solução num horizonte visível. Desde o governo de Zapatero, negociações com a ETA vem sendo travadas com o intuito de se estabelecer a paz: “o caminho da paz muitas vezes envolve conversas e acordos com grupos violentos.”<sup>104</sup> Ainda assim, ataques terroristas recentes em território espanhol mostram que este problema ainda está longe de ter sido resolvido.

Um último elemento de preocupação de Pettit neste cenário de dominação entre os privados é a restrição de poder daqueles que possuem posições de relativa vantagem na sociedade, e que por isso possuiriam facilidade de submeter outros indivíduos às suas vontades. Trata-se daquelas situações em que relações são construídas com base no interesse de um particular (indivíduo ou grupo) que, através do seu poder (usualmente financeiro) obtém vantagens para si em detrimento da liberdade dos demais. Estas relações podem surgir de diversas fontes e formas, mas Pettit traz o destaque para a seguinte modalidade:

Na maioria das democracias, a influência mais poderosa vem através do financiamento das campanhas e do *lobbying* associado do governo. Na Espanha, o efeito desta influência é controlado pelas restrições de financiamento de campanha e pela disciplina do partido que um sistema parlamentar impõe. Neste sistema parlamentar, o partido ou os partidos do governo devem estar unidos para manter a administração, (...) de modo que os legisladores ou ministros estão menos sujeitos a serem pressionados individualmente, pois um grupo de lobby deve persuadir um partido inteiro, ou ao menos a todo um gabinete, para conseguir realizar seus interesses em assuntos sérios.<sup>105</sup>

O sistema parlamentar espanhol, portanto, na visão de Pettit, seria útil para restringir a imposição de dominação através de *lobby* de grande empresários ou grupos de negócios. No entanto, ele ressalta um outro grupo particular que possui grande potencial de dominação em sociedades de origem latino-romana: a igreja católica. Na Espanha, não há uma separação

<sup>103</sup> EL PAÍS, *How Spain Is Losing The War Against The Drug Trade In The South*. Disponível em [https://elpais.com/elpais/2017/07/26/inenglish/1501081876\\_679236.html](https://elpais.com/elpais/2017/07/26/inenglish/1501081876_679236.html) (acessado em 13/11/2017 - tradução livre)

<sup>104</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 82 (tradução livre)

<sup>105</sup> Ibid. p.84

absoluta entre igreja e Estado. Historicamente, grande parte do financiamento da igreja católica é feita pelo repasse de verbas do governo à igreja católica.

Durante o governo de Zapatero, mudanças significativas foram feitas para mudar este panorama, reduzindo parte do imposto pago pelo contribuinte à igreja, e exigindo da mesma uma prestação de contas sobre como estas verbas são alocadas. No entanto, trata-se de um processo lento e difícil de avaliar de uma perspectiva externa à realidade espanhola de tradição religiosa.<sup>106</sup>

#### 4.4 PROTEGENDO OS CIDADÃOS CONTRA O PODER PÚBLICO

A forma tradicional de proteger os cidadãos contra o domínio do poder público (*imperium*) consiste basicamente em duas etapas cruciais: definir democraticamente e constitucionalmente quais são as ações e medidas que o poder público deve tomar quando interfere nos cidadãos, e manter os diferentes agentes públicos em separação de poderes. Estas medidas impedem que um único grupo seja capaz de dominar as ações cabíveis quando se obtém o poder público, e permitem que os cidadãos estejam livres da dominação que poderia vir a existir oriunda do próprio Estado.

Os perigos do *imperium* são tão familiares quanto os do *dominium*. Por exemplo, a dominação será mais provável na medida em que um governo seja obscuro em fornecer informações, hostil ao debate parlamentar, impaciente com uma mídia independente, ou tendencioso em concentrar o poder em suas próprias mãos. Quando um governo se inclina nessas direções, torna-se um poder na vida das pessoas que elas não podem monitorar ou verificar de forma efetiva. Segundo Pettit, a Espanha apresentou passos na direção contrária, da transparência e imparcialidade:

O governo Zapatero tem sido menos secreto, menos hostil ao parlamento, menos impaciente com uma mídia independente e menos ansioso para manter o poder para si mesmo do que as administrações comparáveis. Na verdade, deu alguns passos ousados. Ele estabeleceu uma lei de publicidade, deu mais atenção e poder ao

---

<sup>106</sup> Ibid. p.85

parlamento, tornou o organismo nacional de radiodifusão estatutariamente independente e apoiou uma maior autonomia nas comunidades.<sup>107</sup>

Pettit acredita, inclusive, que estes quatro passos foram fundamentais para reduzir a possível dominação oriunda do poder público. A lei de publicidade, por exemplo, estabeleceu maior transparência ao tornar disponíveis dados do governo a todos os cidadãos. O maior poder dado ao parlamento, também, abriu as portas para maior fiscalização das ações do Estado pelos próprios parlamentares.<sup>108</sup>

O que o autor acredita ser a principal iniciativa do governo de Zapatero em favor da não-dominação por *imperium* foi tornar independente e autônoma a rede de televisão nacional: RTVE. A rede passou a ser administrada da seguinte forma: o parlamento vota pelo conselho de administração com necessários dois terços de maioria, e este conselho por sua vez elege um diretor, que tomará as decisões sobre o conteúdo. Ainda que a rede tenha continuado a ser financiada pelo governo, Pettit acredita que através desta medida, assegura-se uma mídia independente dos interesses dos agentes do Estado, proporcionando uma informação útil, coerente e imparcial aos cidadãos.

Esta é uma inovação esplêndida por razões substantivas e simbólicas. De forma substancial, torna possível ter um comentarista credível e crítico do governo, que não está vinculado a nenhuma corporação privada e que tem um incentivo para provar-se autônomo. E simbolicamente, testifica que a democracia cívica e republicana não significa ditadura pelo partido no poder; o público retém os recursos máximos para manter as guias no governo e para chamar o governo para prestar contas.<sup>109</sup>

A quarta iniciativa que Pettit considera ter sido um passo importante em busca do ideal republicano foi o governo de Zapatero ter apoiado novos estatutos às regiões autônomas, como a Catalunha. Segundo o autor, alguns descontentamentos regionais não conseguem ser supridos por um governo demasiadamente centralizado, e quando estes descontentamentos não são meros caprichos e sim questões incompatíveis com uma democracia livre, a maior autonomia regional se torna uma ferramenta eficaz para resolvê-los.

---

<sup>107</sup> Ibid. p.93

<sup>108</sup> Ibid. p.87

<sup>109</sup> Ibid. p.88

Neste quesito, Pettit recebeu críticas sobre o possível processo de ‘balcanização’ que poderia vir a ocorrer ao prover maior autonomia a essas regiões. O autor rebateu que “estas preocupações são fantasiosas, não há qualquer perigo do país se fragmentar ou sofrer um processo de balcanização”<sup>110</sup> se baseando, principalmente, na força da integração da Espanha à União Europeia.

Acontecimentos recentes de 2017 mostram que ao menos este diagnóstico do autor estava errado. A Catalunha vem sendo alvo constante de movimentos separatistas em busca de uma identidade fora da Espanha. O escritor e jornalista espanhol Sergio del Molino traz a seguinte opinião:

A Espanha achava que a sua entrada na UE resolveria todos os problemas de identidade. Porém, a UE fracassou em criar um projeto político democrático e pós-soberano. Por isso, os mais jovens, que não se identificam com a UE, estão resgatando símbolos regionalistas. É uma parte da história espanhola que preferimos ignorar e agora volta mais forte.<sup>111</sup>

Um Estado democrático tem como objetivo institucionalizar e proteger a liberdade de seus cidadãos. Mesmo que um consenso sobre definições precisas se tenha revelado difícil, a maioria dos observadores hoje concordaria que, no mínimo, as características fundamentais de uma democracia incluem o governo baseado na escolha da maioria e o consentimento dos governados, a existência de eleições livres e justas, a proteção das minorias e respeito pelos direitos humanos básicos. A democracia pressupõe a igualdade perante a lei, o devido processo e o pluralismo político.<sup>112</sup>

Sob este panorama, o instituto *The Economist* criou o *democracy index*: um ranking de quão democrático é cada país. Com todos os pontos fortes e fracos analisados neste capítulo, a Espanha sempre teve um bom rendimento desde que o índice começou a ser avaliado em 2006, mantendo-se sempre acima de 8.00 pontos, o que a classifica como uma ‘democracia

---

<sup>110</sup> Ibid. p.95-96

<sup>111</sup> Folha de São Paulo. 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1931093-separatismo-da-catalunha-e-oportunista-diz-escritor.shtml> (acessado em 14/11/2017)

<sup>112</sup> KEKIC, L. 2007. The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy. disponível em [http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY\\_INDEX\\_2007\\_v3.pdf](http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf) (acessado em 14/11/2007 - tradução livre)

plena' segundo esta análise. Em 2016, ficou classificada em 17º lugar entre os países mais democráticos, de um total de 167 estados nacionais analisados.

Não é de se negar, portanto, que no período em que Zapatero estava à frente do governo Espanhol, houve uma busca focada em atingir os princípios republicanos, em especial a luta pela não dominação tanto entre particulares quanto pelo poder público. Apesar de a história nunca permitir comparações perfeitas devido à impossibilidade de se reproduzir iguais situações, podemos ao menos concluir que a Espanha se manteve como uma das principais democracias do mundo durante este período, e que a busca pelos princípios idealizados por Philip Pettit contribuiu de alguma forma pela democratização da Espanha neste período. As medidas sociais foram extensas, como a redução dos poderes daqueles que possuíam vantagens em demasiado (como a igreja), o empoderamento daqueles que, de alguma forma, se viam acuados (como os as mulheres em situação doméstica e de trabalho, e os homossexuais em relação à união matrimonial), além de medidas de paz como a negociação com grupos terroristas. Zapatero, ao fim, foi bem coerente no que se propôs: colocar em prática uma filosofia política ideal republicana.



## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar um dos principais debates acerca da liberdade como princípio fundamental de justiça. Estudamos este aspecto pela perspectiva do liberalismo de John Rawls e do republicanismo de Philip Pettit. Avaliamos, posteriormente, o histórico concreto obtido na tentativa de aplicação do republicanismo cívico no governo de José Luís Rodríguez Zapatero na Espanha.

Vimos que Rawls, filósofo político altamente influente em matéria de justiça e liberdade, utiliza a ideia de posição original para criar as bases de sua teoria da justiça. A partir desta configuração, Rawls acredita que os indivíduos nesta perspectiva chegariam às regras mais justas para a vida em cooperação coletiva. O contratualismo rawlsiano defende uma ideia de justiça que se baseia prioritariamente na liberdade e em segundo plano em uma igualdade de oportunidades e desigualdade de bens condicionada ao maior benefício dos menos avantajados.

Rawls defende que seus princípios de justiça se aplicam a uma concepção pública de justiça, e não a uma doutrina moral abrangente. Explicando: devido ao fato do pluralismo, há diversas distintas doutrinas morais que cada cidadão pode optar por acreditar e seguir como parâmetro ideológico da sua própria vida. Desta forma, não há sentido em tentar encontrar uma forma de forçar todos os cidadãos a uma mesma crença e conduta filosófica / espiritual, e sim formular um modelo que possibilite estruturar uma sociedade sujeita a este fato do pluralismo, modelo no qual as diversas doutrinas abrangentes possam encontrar um equilíbrio cooperativo para conviver de forma harmoniosa e justa para todos.

Para que este pluralismo seja razoável, as distintas doutrinas abrangentes seguidas pelos membros da sociedade devem ser, embora incompatíveis entre si em termos de ideais de vida individuais, compatíveis entre si em termos de convívio social harmônico. Desta forma, doutrinas morais não razoáveis teriam de ser excluídas da deliberação política, se por não razoáveis queremos dizer que elas promovem condutas não compatíveis com a cooperação social (por exemplo, uma religião que defenda a morte de seres humanos de outras religiões).

Assim, uma sociedade plural cujas doutrinas fossem razoáveis poderia atingir, segundo Rawls, o consenso sobreposto. Nesta situação, os representantes das diferentes doutrinas concordam com princípios de uma concepção política de justiça formulados através da interseção dos valores aceitos por todas as doutrinas morais razoáveis. Nesta formulação, seria possível então criar-se uma base pública de justificação, na qual todos os argumentos plausíveis devem buscar os seus fundamentos para serem coerentes com os princípios de justiça concordados por todos. A partir desta noção, atinge-se, enfim, uma sociedade democrática.

Esta é a teoria-base de Rawls, o qual expressamente impõe a liberdade como princípio primeiro da justiça em sua tese. Mas o que Rawls entende como essa tão importante liberdade? Vimos que, para se atingir o consenso sobreposto razoável, é fundamental que se respeitem as diferenças ideológicas das diferentes doutrinas e que todos tenham oportunidade de perseguir seus próprios projetos de vida como cidadãos livres e iguais.

Através da análise do pensamento de outros autores que também cedem primazia à liberdade individual, como Isaiah Berlin, Benjamin Constant, John Stuart Mill e Robert Nozick, chegamos à conclusão que o pensamento tradicional liberal defende uma ideia de liberdade como não-interferência. Nesta concepção, a liberdade teria uma “meta negativa de evitar interferência”<sup>113</sup>, seria caracterizada como “ausência de interferência”<sup>114</sup>, ou então estaria condizente com a ideia de que “há tipos de interferências interpessoais que são inadmissíveis e devem ser descartadas”<sup>115</sup>.

Rawls, declara abertamente que considera a sua ideia de liberdade muito próxima à ideia defendida por Mill<sup>116</sup>. De fato, se a concepção de liberdade como não-interferência significa que uma pessoa só é livre se não sofre interferência arbitrária e compulsória do Estado ou de outros particulares, podemos equiparar esta noção à mesma em que, na tese de Rawls, as concepções proferidas por um grupo social que segue uma doutrina moral específica não podem interferir nas concepções de um outro grupo da mesma sociedade que siga doutrina distinta.

---

<sup>113</sup> concepção defendida por Isaiah Berlin, ver citação de nota de rodapé nº 39

<sup>114</sup> concepção defendida por Benjamin Constant, ver citação de nota de rodapé nº 41

<sup>115</sup> concepção defendida por John Stuart Mill, ver citação de nota de rodapé nº 44

<sup>116</sup> ver citação de nota de rodapé nº 46

Mais além, a liberdade em Rawls pode ser vista não somente neste aspecto coletivo, como também, e talvez principalmente, como uma premissa individual fundamental. O princípio da liberdade de Rawls tem em sua essência um teor de generalização, onde somente é possível um indivíduo praticar atos livremente se todos os demais indivíduos também puderem praticar estes mesmos atos. Ou seja, desde que a liberdade de um não interfira na liberdade do outro. Esta noção concretiza a ideia de liberdade como não-interferência.

Vimos também críticas ao teor ideal da teoria política de Rawls, por criar um cenário extremamente utópico para servir de base para suas propostas, o que torna difícil vislumbrar como sua tese poderia ser posta em prática para de fato exercer a justiça no mundo real. Isto, porém, não pode ser uma crítica feita unicamente a Rawls, tendo em vista que toda a teoria filosófica carrega em si o estigma de separar a “teoria” da “prática”. Os contratualistas, como Hobbes, Locke, Rousseau e o próprio Rawls, criam teses que antecipam um estado ideal, uma utopia, através de premissas que jamais existiram ou existirão no mundo real (como por exemplo, a ideia de posição original de Rawls). Não há respaldo histórico e social para seus pontos de partida, apresentando sempre uma lógica do “dever ser” sem um adequado diagnóstico prévio do “ser”.

Esta foi uma das motivações com as quais este trabalho se desenvolveu: analisar como teorias abstratas sobre justiça e liberdade poderiam ser levadas à prática no mundo real. Com este intuito, passamos a estudar um importante contraponto ao liberalismo de Rawls: o republicanismo cívico de Philip Pettit.

O republicanismo cívico de Pettit parte de um elemento fundamental que é o conceito de liberdade como não-dominação. A partir desta ideia, a qual sustenta ser divergente da visão de liberdade como não-interferência, o autor desenvolve todos os demais aspectos estruturais na construção de sua teoria política. A vida em um estado livre, conquistado através da ausência de dominação, é o que possibilitaria a grandeza e o crescimento da comunidade e, sobretudo, que os cidadãos possam buscar livremente os seus próprios objetivos.

A dominação ocorre quando o bem-estar de um indivíduo depende das decisões de outrem. Nesta situação, um indivíduo detém poder sobre o outro, podendo realizar interferências arbitrárias a seu bel-prazer. A dominação, porém, não necessariamente resulta

em interferência, e mesmo quando há interferência, esta não necessariamente traz um mal a quem a sofre, mas é, sim, arbitrária, podendo ser positiva ou negativa a depender dos desejos do indivíduo dominador. Portanto, a dominação atua não na necessária interferência, mas sim na susceptibilidade à interferência, ou na ameaça constante de exercício de poder arbitrário.

Como uma solução permanente para se atingir o estado de não dominação em um ambiente de convívio coletivo caracterizado por uma sociedade complexa, Pettit sustenta que não é eficaz cada indivíduo tentar se proteger por si só contra as ameaças de dominação dos demais, e defende, portanto, a estratégia da provisão constitucional. Através desta estratégia, a dominação é eliminada não ao permitir que as partes se defendam das interferências arbitrárias, e sim ao introduzir uma autoridade externa à situação. Esta autoridade destituiria o poder de interferência e punição dos indivíduos ao tomá-lo para si, sem, no entanto, constituir-se em um elemento dominador, pois segue regras bem definidas e pré-estabelecidas pelos ideais dos próprios cidadãos, buscando o bem comum.

Dentro desta estrutura, dois importantes conceitos são ressaltados pelo autor. Primeiramente, o republicanismo cívico constitui-se necessariamente de uma democracia

contestatória, em que as ações do governo sempre podem ser contestadas pelos cidadãos: “uma estrutura na qual as políticas públicas sejam motivadas por preocupações comuns dos cidadãos, mas que, além disso, existam meios disponíveis e legais onde os cidadãos possam contestá-las.”<sup>117</sup>

O segundo ponto é que, em uma sociedade em que o estado de não-dominação esteja pulverizado em todas as relações humanas, os indivíduos são capazes de “olhar uns aos outros nos olhos sem medo de retaliação alheia arbitrária”. Este é o chamado “teste do olho”, em que uma relação de não-dominação entre dois indivíduos pode ser considerada plena quando ambos podem olhar fixamente nos olhos um do outro, sem que nenhum sinta medo de que o outro possa interferir em sua vida, ou seja, um não se sente submisso à dominação do outro. Se o teste do olhar é bem-sucedido entre todos os cidadãos, o estado de não-dominação seria então atingido.

---

<sup>117</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 63 (tradução livre)

Pettit destaca que aplicar no mundo real uma teoria como a do republicanismo cívico é muito mais exigente aos cidadãos e líderes de governo do que a visão de liberdade como não-interferência defendida pelo liberalismo. Esta encontraria maior facilidade de aplicação, tendo em vista sua maior objetividade em estabelecer políticas públicas que reduzem a possibilidade de interferência. A dominação, por seu caráter subjetivo, encontraria maiores desafios.

Na visão do autor, as dificuldades encontradas no estabelecimento da tradição republicana em uma sociedade real são esperadas, uma vez que o comportamento humano perante a dominação exige um esforço não natural para realizar uma mudança de postura, e um sistema que possibilite esta mudança é seguramente mais complexo do que um sistema que busca conservar o *status quo*. O conservadorismo liberal se apresenta como neutro, em sua tese falaciosa da liberdade como não-interferência, mas favorece sempre as classes dominantes sob o discurso de que a sua aplicação real é mais plausível, sem ser ao mesmo tempo injusta.

Para tentar contrariar esta submissão ao elitismo, o autor indica os passos de como a aplicação de sua teoria se daria em um caso concreto não-ideal, apontando dois principais aspectos a serem tutelados ao se formular um plano de governo com base nos ideais republicanos. São basicamente duas preocupações: “Uma é a preocupação com o perigo representado pelo poder privado dos outros, *dominium*, e a outra, uma preocupação com o perigo representado pelo poder público do estado, *imperium*.”<sup>118</sup>

A primeira preocupação impõe a dificuldade que um governo teria em estabelecer uma ordem social onde seus cidadãos estariam protegidos do poder arbitrário de outros cidadãos, de indivíduos estrangeiros àquela sociedade, ou de qualquer grupo ou associação de indivíduos que se tenha formado naquela sociedade. A segunda preocupação é que este aparato estatal seja constituído de tal forma que os cidadãos não fiquem sujeitos a um poder arbitrário do próprio Estado. O Estado deve ser controlado pelos cidadãos e não o contrário.

Com base nestes pontos é que foi feita a análise do governo de Zapatero na Espanha, que foi um dos poucos exemplos em nossa história recente de um líder político que abraçou

---

<sup>118</sup> MARTÍ, José Luis, and Philip Pettit. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012. p. 48 (tradução livre)

inequivocamente uma teoria política contemporânea com raiz acadêmica. Com um discurso fundamentalmente baseado em democracia participativa / deliberativa e liberdade, ao contrário do discurso baseado em igualdade mais usual entre políticos da esquerda, Zapatero declarava abertamente que se inspirava na filosofia política do republicanismo cívico, mais especificamente nas ideias do filósofo político Philip Pettit, com quem se reuniu em duas oportunidades para discutir como seus ideais poderiam ser aplicados na prática.

Zapatero exerceu a liderança da Espanha entre 2004 e 2011, propondo que sua população internalizasse os ideais de cidadania, participação política e responsabilidade, para que, através de uma mudança baseada em democracia participativa e liberdade como não dominação, pudesse renovar a democracia social de seu país.

Durante seu Mandato, Zapatero promoveu diversas iniciativas em favor da liberdade como não-dominação, com o intuito de fortalecer uma infra-estrutura econômica e legal, dar poder às classes mais vulneráveis, proteger os cidadãos contra a criminalidade e restringir o poder de indivíduos ou grupos em posição de relativa vantagem. Algumas medidas que podem ser destacadas neste aspecto foram: 1) a equiparação do casamento homossexual civil aos mesmos termos do casamento heterossexual; 2) a aprovação da lei da dependência, que dá assistência aos deficientes físicos e às pessoas com as quais ficam aos cuidados; promulgação de leis que elevam a independência e autonomia feminina, tanto no âmbito doméstico quanto no profissional; 4) a redução de vantagens concedidas à igreja católica pelo governo, que eram desproporcionais comparadas com as demais religiões do país.

Porém, na opinião de Pettit, a medida de principal destaque no governo de Zapatero foi a autonomia dada à rede nacional de televisão RTVE. A rede, apesar de ter continuado a ser financiada pelo governo, passou a ser administrada por uma organização independente. Pettit acredita que, através desta medida, assegura-se uma mídia independente dos interesses dos agentes do Estado, proporcionando uma informação útil, coerente e imparcial aos cidadãos.

No período em que Zapatero estava à frente do governo Espanhol, portanto, podemos concluir que houve uma busca focada em atingir os princípios republicanos, em especial a luta pela não dominação tanto entre particulares quanto pelo poder público. De alguma forma, ter

um elemento norteador como este contribuiu para a democratização da Espanha neste período, de tal modo que o país continua hoje como uma das principais democracias do mundo.<sup>119</sup>

Das conclusões que podemos tirar deste trabalho, pode-se destacar primeiramente que ambos os autores alvos de nossa análise, Rawls e Pettit, colocam a liberdade como valor primo a ser alcançado em uma sociedade democrática que busca a justiça social e o bem-estar de seus indivíduos. Ainda que definam a liberdade de forma diferente, ambos concordam que um povo sem liberdade é um povo cujos indivíduos estão fadados a não prosperar em seus ideais de vida.

Apesar de Pettit se posicionar de forma rigorosa contra a tradição liberal, uma segunda conclusão que vimos é que sua teoria não está tão distante assim daquelas que tanto critica. De fato, muitas das coisas que Rawls veio a dizer sobre a liberdade política mostram uma afinidade com a convicção republicana de que a liberdade consiste na ausência de dominação, como o fato de ter inserido a igualdade como valor complementar fundamental. Se a preocupação fosse unicamente a não-interferência, por que então não permitir as desigualdades sociais, desde que um não interfira no outro? Esta aproximação de valores fica clara ao se comparar as duas teorias aqui expostas.

Como última conclusão, podemos destacar que o caráter ideal das teorias políticas que costumamos apreciar no meio acadêmico não é um impeditivo para tentativas de aplicações práticas. Concordamos que as teorias ideais são normalmente construídas antecipando um objetivo utópico de sociedade sem um adequado diagnóstico real e o passo-a-passo de como atingir este objetivo, mas isso não impossibilita que políticos do mundo real não possam basear suas iniciativas nos fundamentos filosóficos por elas fomentados.

Em realidade, vimos que a política real pode muito bem se basear em especialistas políticos teóricos quando os governantes estão realmente bem intencionados em promover justiça e bem-estar para seus governados. O exemplo espanhol serviu para indicar que a distância entre a teoria e a prática pode ser encurtada se houver manifestação de vontade para tal. Um Estado depende de diversos fatores para ser bem sucedido em seus planos de

---

<sup>119</sup> De acordo com o The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy. Disponível em <https://infographics.economist.com/2017/DemocracyIndex/> (acessado em 14/11/2017)

democratização, e observar os acadêmicos pode ser um bom primeiro passo para conquistar este objetivo.

Com isso, espera-se ter cumprido o objetivo deste trabalho. Ressaltamos que as matérias aqui debatidas não se esgotam neste breve ensaio, e que trabalhos futuros podem desenvolver os subtópicos aqui levantados. Ao estudar a filosofia política do liberalismo de Rawls e do republicanismo de Pettit, e ao analisar a aplicação prática do republicanismo no governo de Zapatero, conseguimos enxergar como são próximas as teorias aparentemente opostas, e como não está tão distante assim assistir a uma tese teórica ser aplicada no mundo concreto.



## 6 REFERÊNCIAS

BERLIN, Isaiah. *Dois conceitos de liberdade* [1959]. In: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (orgs.). Isaiah Berlin – Estudos sobre a humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EL PAÍS, *How Spain Is Losing The War Against The Drug Trade In The South*. Disponível em [https://elpais.com/elpais/2017/07/26/inenglish/1501081876\\_679236.html](https://elpais.com/elpais/2017/07/26/inenglish/1501081876_679236.html) (acessado em 13/11/2017)

EUROSTAT – European Statistics. Disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/lfs/statistics-illustrated> (acessado em 07/11/2017)

FOLHA DE SÃO PAULO. *Separatismo da Catalunha é oportunista, diz escritor*. 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1931093-separatismo-da-catalunha-e-oportunista-diz-escritor.shtml> (acessado em 14/11/2017)

FORST, Rainer. *Contexts of justice: Political philosophy beyond liberalism and communitarianism*. Vol. 9. Univ of California Press, 2002.

GARGARELLA, Roberto. *As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

KEKIC, L. 2007. *The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy*. Disponível em [http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY\\_INDEX\\_2007\\_v3.pdf](http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf) (acessado em 14/11/2007)

KYMLICKA, Will., GARGARELLA, Roberto. *Filosofia política contemporânea*. Editorial Ariel, 1995.

LARMORE, Charles. *A critique of Philip Pettit's republicanism*. Noûs, Oxford, v. 35, p. 229-243, 2001.

MARTÍ, José Luis., PETTIT, Philip. *A political philosophy in public life: civic republicanism in Zapatero's Spain*. Princeton University Press, 2012.

NOBRE, Marcos. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2004.

NOZICK, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*. New York, Basic Books, 1974.

OECD – The Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em <https://data.oecd.org/education.htm> (acessado em 10/11/2017)

PETTIT, Philip. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford University Press, 2010

PETTIT, Philip., LOVETT, Frank. *Neorepublicanism: a normative and Institutional research program*. Annual Review political science. v. 12, p.11-29. 2009.

RAWLS, John. *Lectures on the History of Political Philosophy*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

RAWLS, John. *Justiça como Equidade: Uma Reformulação*. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

RED ELÉTRICA DE ESPAÑA. Disponível em <http://www.ree.es/en/statistical-data-of-spanish-electrical-system/statistical-series/national-statistical-series> (acessado em 10/11/2017)

RICHARDSON, Henry. *Republicanism and democratic injustice*. Politics, Philosophy & Economics, Georgetown, v. 5, n. 2, p. 175-200, 2006. p.180 (tradução livre)

SANDEL, Michael J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Editora José Olympio, 2015.

WACKS, Raymond. *Philosophy of law: a very short introduction*. Vol. 147. Oxford University Press, 2014.

WWEA: World Wind Energy Report 2013 - *List of Countries and Regions using Wind Power in 2013*. Disponível em

[http://www.wwindea.org/webimages/WWEA\\_WWER2013\\_Countries.pdf](http://www.wwindea.org/webimages/WWEA_WWER2013_Countries.pdf) (acessado em 10/11/2017)